

Rodrigo Lamosa (org.)

CLASSE DOMINANTE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: uma tragédia anunciada



TERRA SEM ^{editora} AMOS

LIEPE

Laboratório de Investigação em
Estado, Poder e Educação

Rodrigo Lamosa (org.)

**CLASSE DOMINANTE
E EDUCAÇÃO EM
TEMPOS DE PANDEMIA:**
uma tragédia anunciada

© Rodrigo Lamosa, 2020

© LIEPE/UFRRJ, 2020

Editora Terra sem Amos

terrasemamos.wordpress.com

instagram: @tsa.editora

facebook: /tsa.editora

twitter: @tsaeditora

tsa.editora@gmail.com

Organizador:

Rodrigo Lamosa

Edição e Projeto Gráfico:

Alexandre Wellington dos Santos Silva

Revisão:

Franciso Raphael Cruz Maurício

Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual

CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L234 Rodrigo Lamosa.
LAMOSA, Rodrigo (org). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.
140p.
14x21cm
ISBN: 978-65-992222-1-4
1. Educação 2. Luta de Classes 3. COVID-19.
I. Rodrigo Lamosa. II. Título.

CDD: 305.5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. Compreender o que fazem os setores dominantes quando dominam para construir alternativas para a educação pública, laica e unitária.

Roberto Leher.....05

CAPÍTULO 1. As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o todos pela educação e a ideologia escola sem partido.

Rodrigo Lamosa..... 11

CAPÍTULO 2. Estratégias do banco interamericano de desenvolvimento para a educação em tempos de pandemia.

Renata Spadetti Tuão.....23

CAPÍTULO 3. Propostas e ações do Movimento Brasil Competitivo para setor público, economia e educação no pós-pandemia.

Fabício Fonseca da Silva.....35

CAPÍTULO 4. Todos pela educação? Classe dominante, poder e hegemonia em tempos de pandemia.

Livia Herdade.....47

CAPÍTULO 5. A Fundação Roberto Marinho e a crise sanitária: pavimentando o caminho para a expansão do ensino remoto nas escolas públicas.

Amanda Rodrigues.....55

CAPÍTULO 6. O Instituto Ayrton Senna e as competências socioemocionais em tempos de pandemia Covid-19.

Ramon Mendes da Costa Magalhães.....63

CAPÍTULO 7. A atuação da Fundação Itaú Social no campo educacional em meio a pandemia da Covid-19.

Amanda Oliveira75

CAPÍTULO 8. Fundação Bradesco: hegemonia e o “novo normal” da educação à distância.

Carlos Maurício Franklin Lapa.....85

CAPÍTULO 9. A Fundação Lemann: uma análise sobre sua atuação na Pandemia da COVID-19.

Pedro Henrique Dias Siqueira.....97

CAPÍTULO 10. A Confederação Nacional da Indústria e suas ações em meio a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Bárbara Evangelista107

CAPÍTULO 11. O Sebrae e o empreendedorismo na educação em tempos de pandemia Covid-19.

Ramon Mendes da Costa Magalhães.....115

CAPÍTULO 12. Educação domiciliar a pretexto do “ensino remoto emergencial: o que dizem as igrejas evangélicas?

Luiza Rabelo Colombo.....125

COMPREENDER O QUE FAZEM OS SETORES DOMINANTES QUANDO DOMINAM PARA CONSTRUIR ALTERNATIVAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E UNITÁRIA

Roberto Leher¹

A combinação de crise econômica, política, sanitária, moral, sem a ação protagônica vivaz e diretiva dos “de baixo” produz uma resultante de tendência catastrófica. Esta é a situação brasileira em 2020.

O amálgama dessas crises que se retroalimentam anuncia, por certo, tempos perigosos, especialmente quando os “não possuidores de bens” que constituem o polissêmico proletariado não lograram condições organizativas e de formação massiva de consciência que os possibilitem entrar em cena com amplitude, força, capacidade persuasiva sobre outras

1 Roberto Leher, Prof. Dr. Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do CNPq. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019) Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>.

frações de classe e motivada a forjar, a contrapelo, uma nova vontade nacional e popular. Nesses tempos, o perigo, sempre, é a saída pelo alto em processos encarnados por um “líder” ungido por forças irracionais, religiosas, esotéricas e, sobretudo, por segmentos importantes do bloco de poder.

A autocracia burguesa própria do capitalismo dependente assume novas configurações ultradireitistas que, no caso brasileiro, recupera e recontextualiza o ideário fascista. Cotidianamente, manifestações darwinistas sociais, racistas, homofóbicas, machistas, chauvinistas, inundam as redes virtuais, nos espaços governamentais e, de modo insidioso, reconfiguram, estruturalmente, o Estado. Os Conselhos de participação social nos ministérios, constituídos por representantes da comunidade científica e de movimentos sociais estão sendo desativados, centros de informação politicamente motivados são instaurados e fortalecidos (vide a lista de professores antifascistas), medidas do aparato coercitivo do Estado passam a ser dirigidas contra os oponentes políticos, ações que, no conjunto, se repetem em todos os âmbitos do Estado. Resultam dessas manifestações e desses atos o fulcro do fascismo: a disjunção entre os fiéis ao regime e os dissidentes, convertidos no “outro” a ser destruído. Em outro tempo histórico, foi assim na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler.

Na ausência de real organização da classe, por meio de centrais sindicais, movimentos sociais diretamente vinculados às demandas sociais e, sobretudo, por intermédio de partidos políticos “organicamente” vinculados à classe trabalhadora como, de certa forma, é a realidade no presente, pode acarretar na irrupção do protagonismo dos “de baixo” por explosões sociais, saqueios, atos de desespero, ações que, entretanto, não alteram, de modo sustentável, a correlação

de forças. O papel dos intelectuais coletivos da classe trabalhadora, nesse sentido, é crucial.

No Brasil de hoje é perceptível uma situação paradoxal: apesar da repressão, das ameaças, das agressões e dos cancelamentos, muitos deles originados nos gabinetes governamentais, em nenhum outro momento da história recente do país a efervescência intelectual esteve tão pujante como nesses ásperos dias de pandemia e de quarentena. E muito dessa produção está comprometida com a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores. Parte relevante dessa vivacidade intelectual e formativa tem nódulos nas universidades públicas. E, o que é muito destacável, são iniciativas que buscam agregar sindicatos, movimentos emergentes, como novos coletivos antirracistas, trabalhadores de aplicativos, coletivos estudantis diversos e, muitas vezes, representantes de partidos de esquerda, MST e MTST e, também, das Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular. Algo acontece de modo molecular e algo subterrâneo nas lutas de classes no Brasil, anunciando possibilidades de resistência às ofensivas da extrema direita e de seus ultraneoliberais e, o que é estimulante, abrindo possibilidades de mudanças substantivas no rumo da história.

Todas essas considerações são indispensáveis para apresentar o livro “Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada”. Organizado por Rodrigo Lamosa, um dos mais destacados professores-militantes e intelectuais da nova geração que vem se dedicando a escrever (e intervir!) a história a contrapelo, usando a imagem de Walter Benjamin, a obra contém estudos e investigações que, compreendendo o perigo da crise em curso no país, contribuem para tornar pensável o modo como os setores dominantes e suas classes de apoio agem para

levar adiante o que Florestan Fernandes denominou como contrarrevolução preventiva. Todos os doze capítulos foram elaborados no âmbito do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) da UFRRJ, hoje um dos espaços mais criativos e ousados intelectualmente de investigação sobre o modo como os setores dominantes atuam no campo educacional.

Os capítulos investigam duas nervuras centrais que possuem particularidades e tensões e, ao mesmo tempo, imbricações, convergências e compartilhamentos de expectativas quanto a desejeabilidade do capitalismo neoliberal, ainda que com nuances, às vezes importantes, em relação às liberdades individuais e aos direitos civis e, ainda, no que se refere ao lugar da ciência no currículo. Como assinalado, duas vertentes coexistem na educação brasileira disputando seu rumo: a frente social-liberal e a frente liberal ultraconservadora. A primeira é dirigida pelo Todos pela Educação, a segunda por uma miríade de empresários, correntes neopentecostais, adeptos da “guerra cultural” contra os valores da revolução francesa e do Iluminismo.

O leitor irá mergulhar nos debates, estratégias, objetivos dos principais aparelhos privados de hegemonia da esfera econômica e, também, no submundo de outros aparelhos vinculados à extrema direita em atuação no Brasil. Indubitavelmente, a frente social-liberal agrega o Estado Maior do Capital no país, sempre em sintonia com os intelectuais coletivos do capital, como o Banco Mundial e a OCDE. De fato, esta frente influencia e mesmo dirige o aparato educacional dos estados e dos municípios, a exemplo da BNCC e do Novo Ensino Médio. Mais recentemente, esta frente logrou êxito frente ao núcleo do governo Bolsonaro que não desejava a continuidade do importante, mas limitadíssimo

Fundeb, obtendo inequívoca vitória, sob a liderança efetiva do partido Democratas. Se é verdade, por conseguinte, que esta frente possui capacidade dirigente sobre os estados e municípios, de outra parte a frente liberal ultraconservadora, embora nas franjas do bloco de poder, tem maiores ambições: não tanto a direção efetiva dos assuntos educacionais no aparato educacional do Estado, mas, sobretudo, a hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que é facilitado pelas casamatas religiosas que difundem aspectos morais, a exemplo da chamada ideologia de gênero, mas também o ethos do cinismo congruente com o neofascismo.

Os segmentos ultra conservadores podem ser considerados, nos termos de Poulantzas, classe de apoio ao bloco, o que, no Brasil de hoje, tem de ser cuidadosamente examinado, visto que, em virtude de sua força parlamentar (bancada evangélica, bancada da bala, bancada do gado), a frente ultradireitista ocupa um lugar proeminente nos assuntos do Estado e, ademais, tem como liderança o atual presidente da República. Não é algo novo na história, o grande capital se faz representar por forças que, muitas vezes, não se coadunam com suas concepções abstratas de mundo, mas que podem ser funcionais para destroçar os trabalhadores e suas organizações, possibilitando, com isso, meios excepcionais de acumulação. O fascismo mostra, contudo, que, obtendo um grau de poder extremo, estes não se submetem de modo dócil aos seus patrocinadores econômicos.

É um livro, por tudo isso, escrito no calor das batalhas, denso, rigoroso, abrangente, pois estuda os principais Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHe) (é um excelente guia para novas pesquisas!), mantendo coerência com os eixos que estruturam a obra. Suas qualidades devem-se, sobretudo, ao rigor metodológico de cariz gramsciano,

especialmente pelo nexó estado ampliado, hegemonia e intelectuais coletivos de classe. O vigor explicativo do livro compõe, nesse prisma, os ventos primaveris que anunciam a possibilidade de substantivas mudanças na correlação de forças a partir do protagonismo consciente da classe trabalhadora em toda sua complexidade e diversidade!

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2020.

AS FRENTES DE AÇÃO DA CLASSE DOMINANTE NA EDUCAÇÃO: ENTRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO E A IDEOLOGIA ESCOLA SEM PARTIDO

Rodrigo Lamosa¹

O interesse da burguesia pela educação não é recente, assim como sua atuação, ações e projetos que, direta ou indiretamente, atravessaram a elaboração de seus interesses frente às políticas educacionais. Essa atuação vem sendo produzida nas últimas três décadas por um amplo conjunto de organizações que são responsáveis por produzir e difundir uma certa concepção de mundo. No período da pandemia essas organizações vêm atuando para tentar definir a direção da política educacional, tanto na conjuntura de

1 Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), credenciado no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e coordenador do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE). Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutor em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

isolamento social e fechamento das escolas, como para o período pós pandemia.

Nas últimas três décadas, a atuação burguesa na educação brasileira tem sido notabilizada pela difusão de organizações que, tradicionalmente, vêm cumprindo o papel histórico de construtores de uma nova pedagogia da hegemonia, formando frentes de ação no interior do Estado. Essas organizações, embora representem a mesma classe social, formam frentes de ação que podem historicamente expressar a unidade política entre seus membros associados e, por outro lado, as diferenças com outras organizações que, por sua vez, formam outras frentes de ação (DREYFUSS, 1989).

As pesquisas produzidas pelo LIEPE vêm identificando a existência de duas frentes de ação da classe dominante na educação brasileira: a frente social-liberal (LAMOSA, 2017) e a frente liberal ultraconservadora (COLOMBO, 2018). Estas duas frentes articulam organizações distintas da classe dominante e elaboram estratégias e ações que, por caminhos diferentes, buscam definir as políticas educacionais e redefinir o papel das escolas brasileiras de acordo com os interesses das frações de classe que compõem ambas as frentes.

O objetivo do capítulo que abre este livro é apresentar os resultados de uma pesquisa que reúne um amplo conjunto de pesquisadores no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) acerca da classe dominante e sua atuação na educação brasileira no contexto da pandemia. Essa pesquisa tem sido realizada a partir da análise documental em fontes produzidas pelas próprias organizações e pelas políticas educacionais produzidas no período da pandemia.

Nos últimos trinta anos esse conjunto de organizações atuou no interior do Estado, compreendendo este, tal como Gramsci (2000), em seu sentido ampliado, ou seja: a unidade formada pelas dimensões da sociedade civil e da sociedade política. A pesquisa que resulta no capítulo deste livro parte como ponto de partida da análise da atuação dessas organizações na sociedade civil, investigando suas estratégias, a atuação de seus intelectuais, seus projetos e a articulação destas entre si para compreender as políticas que emergem das agências do Estado restrito ou sociedade política tendo por referência a correlação de forças expressa na luta entre e intra classes sociais na disputa pela hegemonia. A teoria do Estado, elaborada pelo comunista sardo, é compreendida aqui como uma importante ferramenta metodológica, tal como expôs Mendonça (2014).

A hegemonia, segundo Gramsci (2007), é o exercício de produção do poder, realizado por organizações que cumprem o papel de produzir estratégias de conformação, uma espécie de pedagogia, difundindo-as a partir de uma dada sociabilidade, definida, social e historicamente, pelo conteúdo e forma da dominação de uma determinada época. Este capítulo foi dedicado a apresentação dos fundamentos da análise produzida pelo trabalho coletivo elaborado no decorrer do últimos anos pelas pesquisadoras e pesquisadores que integram este grupo.

As frentes de ação da classe dominante na educação

O LIEPE tem identificado por meio das pesquisas produzidas nos âmbitos da graduação e da pós-graduação que a

atuação da classe dominante na atual conjuntura tem mobilizado um universo muito expressivo de organizações com atuação destacada na educação. Essas organizações têm sido responsáveis por difundir projetos, ações e um enorme variação de iniciativas dirigidas à educação brasileira, expressando nestas uma concepção de mundo e um projeto formativo para a classe trabalhadora. Sua atuação, entretanto, também produz tensões intraclasse burguesa verificadas na formação de duas frentes de ação na educação brasileira: a frente social-liberal, dirigida pelo movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE) e formada no contexto de emergência do social-liberalismo (CASTELO, 2011), e uma frente liberal ultraconservadora que tem no Escola Sem Partido uma ideologia que unifica essa frente que se expande no mundo e no Brasil, sobretudo a partir da crise de 2008.

Na frente social-liberal identificamos as grandes corporações que expressam a unidade do grande capital reunido numa espécie de partido orgânico, a partir do qual vem definindo nos últimos quinze anos a agenda educacional brasileira (MARTINS, 2009). Essa frente tem constituído um amplo arco de alianças transnacional expresso na Rede de Organizações da Sociedade Civil pela Educação na América Latina e Caribe (REDUCA) que integra movimentos empresariais de quinze países na região. A REDUCA atua em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a União Europeia que financiam a rede numa orquestração que objetiva incidir sobre a atuação dos movimentos que atuam nos países e na definição das políticas nacionais de educação (LAMOSA, 2017). A empreitada tem disseminado conferências, projetos e convênios como no “Projeto de Cooperação Conjunta”, assinado com a União Europeia e organizado em três linhas estratégicas: 1) Gestão, governo e posicionamento da rede; 2) Comunicação e

Mobilização; e 3) Incidência e acompanhamento das políticas educacionais nacionais (MARTINS, 2012). O desenvolvimento desse projeto, entre 2013 e 2016, se desdobrou em uma série de iniciativas: realização de seminários internacionais, “mesas de trabalho” locais e a criação do ‘Observatório Educativo’ por meio do qual a REDUCA publica boletins sobre as iniciativas de seus membros e monitora os indicadores educacionais nacionais da região. Esse monitoramento e a pressão realizada pelos membros das redes em cada país é peça fundamental para adequação da educação às necessidades de formação da força de trabalho na região.

A frente liberal ultraconservadora organiza uma outra fração da classe que reúne os setores que formam atualmente o “bolsonarismo”: militares, a lumpemburguesia e setores religiosos ligados a teologia da prosperidade, tanto entre as igrejas evangélicas, quanto entre setores ultraconservadores da Igreja Católica. Essa frente também possui um arco de alianças transnacional com parcerias com organizações como Student for Liberty e vem promovendo uma série de iniciativas com uma série de ações que vão desde a formação com jovens estudantes das universidades, até a eleição de membros nas câmaras e assembleias legislativas. Parte importante das organizações dessa frente está articuladas na Rede Liberdade que organiza algumas dezenas de movimentos no país, parte considerável surgida na conjuntura de ascensão ultraconservadora, como as organizações Estudantes Pela Liberdade, formada em 2012, e Movimento Brasil Livre (MBL), lançado em 2013.

A atuação política dessa frente possui uma base econômica expressa no conjunto de empresários reunidos no Instituto Brasil 200. Esses empresários foram os responsáveis pelo financiamento da campanha que elegeu Bolsonaro em 2018

e são uma importante força política que, em tempos de epidemia, tem defendido o fim do isolamento social, a despeito da tragédia humanitária que tem assolado o país. Diferente da base social da frente social-liberal organizada pelo Todos Pela Educação que reúne os maiores bancos, indústrias, incluindo a agro-indústria e as grandes corporações, a Frente liberal ultraconservadora reúne um conjunto de empresários do ramo de serviços como Rubem Menin, cofundador da Construtora MRV e um dos donos da CNN Brasil, Winston Ling, presidente do Conselho de Administração da Petropar e fundador do Instituto Liberdade, Junior Dursk, proprietário da Madero, Alexandre Guerra sócio proprietário da rede Giraffas, Luciano Hang, dono da rede varejista Havan, Roberto Justus, proprietário do Grupo Newcomm, dentre outros.

Essa frente se caracteriza também por muitas tensões internas e tem se unificado a partir do “bloco no poder” conduzido ao governo federal, como numa espécie de cezarismo brasileiro, a partir da eleição de uma liderança que expressa muitos dos anseios dessa base social forjada no ultraconservadorismo. A atuação da frente liberal ultraconservadora tem se desdobrado numa série de iniciativas e renovado o caráter autocrático do desenvolvimento econômico e social dependente do capitalismo no Brasil numa relação, já descrita por Fernandes (1975). Estas iniciativas se multiplicaram desde a difusão de uma série de projetos de lei nas assembleias legislativas do país, mobilizados pelo movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, até a elaboração da Frente Parlamentar em Defesa do Homescchooling, criada em 2019 no dia em que o governo eleito completava seu cem primeiros dias de mandato.

Outra ação defendida pelas organizações liberais ultraconservadoras com enorme crescimento no país é a militarização das escolas públicas, realizada inicialmente nos estados por meio da celebração de convênios entre as secretarias de educação e secretarias de segurança. Esse processo está presente atualmente em todos os estados do país, sendo amplamente defendido por organizações como MBL que em seu congresso, em 2015, defendeu a militarização das escolas em “áreas de risco” ou em regiões em que não houver interesse da iniciativa privada. A militarização das escolas em nada se confunde com as escolas militares que existem no país. Esse processo foi federalizado por meio do decreto Nº 10.004 que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (<http://bit.do/fjFKb>) e tem imposto às comunidades escolares um padrão ético, estético e moral ultraconservador justificado pelos valores “disciplina e respeito” que estariam garantidos pelos códigos militares que passam a reger as instituições educacionais.

A frente liberal-ultraconservadora tem se notabilizado por divergências com o TPE em pautas como a militarização das escolas, a defesa do projeto Escola sem Partido ou denúncias contra “ideologia de gênero”, “mamadeira de piroca” e outras iniciativas que fazem parte das estratégias negacionistas, obscurantistas e ultraconservadoras no contexto da “guerra cultural”. No entanto, tem se aproximado do TPE na defesa de um currículo tecnicista, na elaboração e difusão de formas e instrumentos de controle do trabalho realizado nas escolas e na agenda que resultou na aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (<http://bit.do/fjFKi>) e na contrarreforma do Ensino Médio (<http://bit.do/fjFKo>), ambas iniciadas no contexto pré golpe e acelerada na conjuntura de contrarreformas que caracterizam o período pós golpe e a aprovação da contrarreforma trabalhista e previdenciária.

Compreendemos que a pedagogia da hegemonia burguesa expressa em ambas as frentes de ação se realiza nos limites da autocracia que é a forma pela qual a classe dominante realiza uma ampliação seletiva do Estado e da própria socialização da política na periferia do capitalismo. O golpe desferido em 2016 foi a porta para a realização do mais amplo conjunto de contrarreformas na educação no últimos anos, desde o estrangulamento orçamentário, até as mudanças produzidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira. O golpe foi para a educação, portanto, a estratégia nos marcos da autocracia burguesa e na conjuntura de ascensão fascista para recalibrar a formação dos trabalhadores, ajustando essa formação aos processos de uberização do trabalho que exigem: conformismo, adaptabilidade, empatia, cooperação e um conjunto de competências socioemocionais que devem ser a base da elaboração de um trabalhador despossuído de tudo, inclusive de sua consciência de classe.

As escolas, de acordo com a contrarreforma do Ensino Médio, devem passar a adotar um trabalho voltado para a construção do “projeto de vida” dos alunos e para a formação nos aspectos físicos, cognitivos e **socioemocionais** (lei 13.416/17. art. 35-A. parágrafo 7º, grifos nossos). A ênfase dada às competências socioemocionais presente em todos os documentos das políticas educacionais recentes expressa o desejo empresarial de definir um tipo de trabalhador adaptado às exigências dos atuais padrões de reprodução do capital. De acordo com o Instituto Ayrton Senna e seus parceiros o “desenvolvimento socioemocional tem relação direta com a concretização de projetos de vida respeitando a diversidade, a singularidade e a heterogeneidade entre as pessoas.” (<http://bit.do/fjFKu>) A educação pública prevista por essa contrarreforma deve garantir que esse “projeto de vida” esteja adequado às exigências do “mercado de trabalho” ou,

em outras palavras, às exigências postas pelo sociometabolismo do capital.

As bases de referência dessa contrarreforma estão no relatório *The Changing Nature of Work* (WORLD BANK, 2019a). Por meio desse relatório o Banco Mundial apresenta o diagnóstico de que há uma “crise de aprendizagem” expressa numa defasagem entre os anos que as crianças passam nas escolas e aquilo que elas aprendem. Esse diagnóstico fundamenta todo a iniciativa do *Human Capital Project*, iniciativa empreendida pelo banco para pressionar governos nacionais a adotarem seu receituário. Ainda de acordo com o relatório, os governos nacionais devem ofertar um mínimo de educação que garanta a adaptação dos estudantes frente à nova morfologia do mundo do trabalho.

Os trabalhos de pesquisa realizados sobre as duas frentes de ação da classe dominante têm identificado, portanto, que a relação entre elas tem se caracterizado pelas tensões e divergências expostas em pronunciamentos oficiais, mas também por uma série de elementos que as aproxima. Essa contrarreforma educacional, iniciada antes do golpe e acelerada após o golpe, é parte de uma ofensiva de novo tipo sobre a educação pública que se investe de um caráter reformista para reafirmar as formas novas de espoliação do capital. É mais uma vez, parafraseando Bertold Brecht, o velho travestido de novo.

No período da pandemia este transformismo se materializou nas propostas de Educação à Distância (EaD) e seus neologismos: ensino remoto emergencial, educação o line, estudos continuados, ensino híbrido, dentre outros. Essa tendência segue um projeto que está colocado pelo menos desde os anos 1990, quando a modalidade cresceu enormemente e, embora tenha sido freada pelas lutas nas univer-

sidades públicas, encontrou nas universidades privadas um enorme terreno para sua expansão numa proposta de ensino minimalista, aligeirado, barato e destinado aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. Atualmente, segundo o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) (<http://bit.do/fjFKE>), existem cerca de mil startups edtechs no país produzindo produtos e serviços educacionais para serem vendidos em escolas e universidades que devem realizar a transição para uma educação digital.

Por outro lado, essa tendência concilia de uma vez os interesses de ambas as frentes de ação burguesa na educação: repolitiza a educação escolar, intensifica os instrumentos de controle sobre o trabalho escolar e reduz a formação dos trabalhadores às competências socioemocionais. Os trabalhadores da educação estão diante de uma falsa encruzilhada colocada pelos empresários e seus prepostos: retomar o ensino presencial ou adotar as formas mais precárias de atividades remotas que serão travestidas de “ensino remoto” para poder contabilizar estas horas como parte de um calendário letivo em que a educação escolar não ocorreu. Essas propostas são apresentadas como se fossem as únicas possibilidades e qualquer resistência a esta escolha de sofia é rechaçada das mesas de negociação. Assim vem ocorrendo nos grupos de trabalho nas prefeituras e nos estados, bem como nas universidades, que já dão como certa a transição para um ensino híbrido em que coexistam ensino presencial e educação on line.

Por certo estamos diante de uma conjuntura política e uma correlação de forças na educação brasileira muito desfavorável para os trabalhadores da educação. Ainda assim temos acompanhado muito de perto movimentos que, mesmo com muitas dificuldades e debilidades, vêm tentando

não sucumbir à escolha de sofia imposta pelos “tubarões da educação”. Essas iniciativas, como a greve que vem sendo construída neste momento no Rio de Janeiro, apontam para a necessidade de lutar pela vida sem esquecer que a vida nos exige muito mais do que os limites da nossa reprodução. Devemos fazer e travar a luta pela vida, mas considerando que a luta pela vida não cabe numa tela de computador e é inconciliável com os interesses da classe dominante.

Bibliografia:

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011, 380f. Tese (doutorado em serviço social) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

COLOMBO, Luiz Rabelo. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do Movimento Escola Sem Partido**. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. p. 394.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

FIERA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. 1ª ed. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, v. I, p. 21-27.

LAMOSA, Rodrigo. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação?- **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível: <http://bit.do/jfFKN> (Acesso em 22 de set se 2019)

MARTINS. A. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ponta Grossa v. 4, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2009.

MARTINS. E. M. **Movimento Todos Pela Educação**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação - Campinas, 2013.

MENDONÇA, Sônia R. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo** v.2, n.2, p. 27-43, jan/jul 2014.

ESTRATÉGIAS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Renata Spadetti Tuão¹

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado no ano de 1959, pelos Estados Unidos da América (EUA), com o aparente objetivo de se materializar como uma instituição organizadora do desenvolvimento da América Latina e Caribe. Como determinantes históricos para a criação do BID, destacamos a preocupação com o avanço do comunismo na região, com a contenção da insatisfação da população latino-americana deflagrada pela intensa desigualdade e os desencadeamentos da crise capitalista de 1929. O BID, através da criação do Fundo Especial Interamericano para o Desenvolvimento Social, foi um dos financiadores do programa Aliança para o Progresso, criado pelos

1 Professora da Rede Municipal de Duque de Caxias, pesquisadora do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisadora no grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

EUA e conduzido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A Aliança para o Progresso configurou-se como um projeto de assistência ao desenvolvimento do continente latino-americano que teve sua atuação voltada para a suplementação do capital dos países em processo de industrialização, o combate ao comunismo na região e a organização sistemática de assistência técnica e financeira ao empresariado. O BID manteve estreita relação com a teoria de desenvolvimento pensada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que, de modo resumido, difundia a noção de subdesenvolvimento como uma etapa histórica da formação da América Latina e não como uma produção do capitalismo.

A história do BID encontra-se ligada ao controle econômico, cultural e político dos países de capitalismo dependente, por meio da exigência de condicionalidades travestidas pelo discurso das assessorias técnicas, configurando-se dessa forma, como um formulador e difusor da pedagogia do capital. O BID, a cada empréstimo realizado, aprofunda a sua ingerência nas políticas macroeconômicas e setoriais dos países devedores, concentrando suas atividades em diferentes setores – energia, transporte, comunicação, turismo, indústria, mineração, agricultura, pesca, financiamento de exportações, saneamento, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, educação, saúde, meio ambiente e modernização do Estado – de modo a colaborar com a manutenção da hegemonia estadunidense sobre o continente latino-americano.

Desde o início da pandemia gerada pelo COVID-19, o BID vem difundindo documentos com orientações destinadas aos países da América Latina, onde demonstra especial preocupação com os aspectos econômicos – empréstimos em andamento, economia de cada país, auxílio ao setor pri-

vado – e políticos – políticas fiscais, saúde, educação e organização do mundo do trabalho. Apresentam boletins atualizados, diariamente, sobre a situação dos países da América Latina e Caribe em relação à pandemia, assim como divulgam as atividades empresariais realizadas em cada país nos setores de saúde, educação e tecnologia.

O BID trabalha com a ideia de crise econômica gerada pela pandemia do COVID-19 que impôs aos países do mundo a decisão entre a preservação da vida humana e da economia liberal. Sabemos, no entanto, que desde 2018 já estava em curso uma nova oscilação na economia que já havia demonstrado, de forma antecipada, seus sinais na crise de 2008. De forma mais aparente, essa nova onda teve como elementos de erupção a disputa geopolítica entre EUA e China, o avanço da frente ultraconservadora liberal pelo mundo e a corrida armamentista entre EUA, China e Rússia. Esses elementos foram determinados sobretudo pela disputa entre as grandes potências capitalistas e pela reconfiguração das relações de produção. Poderíamos considerar que a crise, que já se encontrava em curso, sofreu um aprofundamento qualitativo com a emergência da pandemia gerada pelo COVID-19. No entanto, ressaltamos que o vírus é um produto das relações mercantilizadas, produzidas pelo sistema capitalista e que, portanto, as consequências geradas pela pandemia apenas são dessa forma materializadas, por estarem aprofundadas nas questões metabólicas de reprodução do capital, no atual sistema. Diante disso, fica claro que a política de isolamento social, para o grande capital, possui tempo determinado para o seu fim.

Embora o BID reconheça tal política como necessária para a preservação da vida, as questões econômicas são colocadas em primeiro plano, ratificando que as relações de

produção capitalistas impossibilitam a opção pela vida como estratégia de enfrentamento à propagação do vírus por entre a população. Nesse contexto, o BID escreveu o documento *Del confinamiento a la reapertura: Consideraciones estratégicas para el reinicio de las actividades en América Latina y el Caribe en el marco de la Covid-19* com orientações para o afrouxamento do isolamento social destinado aos países da América Latina. Como orientação inicial, o BID destaca que essa decisão somente se fará possível se os governos de cada país conseguirem compreender o modus operandi do vírus e, para que esse movimento aconteça, o BID recomenda que a população seja exposta ao COVID-19 com a progressão das medidas de abertura social, sob a justificativa de que:

sem conhecer o grau de imunidade da comunidade, você não pode ter uma ideia clara de quanto as infecções aumentarão quando as restrições forem relaxadas. Todas essas são questões cruciais que serão descobertas apenas à medida que o processo de reabertura progride. (p.12)

Essa proposta repugnante reforça o avanço da primazia da mercantilização na reprodução da vida e evidencia a posição periférica conferida aos países de capitalismo dependente. Na tentativa de justificar o injustificável, o BID informa que o número de idosos, em comparação com os países de capitalismo central, é relativamente menor, o que escamoteia possíveis políticas de genocídio biológico da população dos países periféricos, sobretudo da população idosa que não é considerada dentro da cadeia produtiva capitalista. O BID acrescenta ainda, como dificuldades para a continuidade do isolamento social, os problemas fiscais dos países latino-americanos e as precárias condições sociais e de

subsistência a que estão submetidas a maioria da população do continente, comparando com os países de capitalismo central, onde segundo o BID:

os recursos fiscais disponíveis são totalmente insuficientes para enfrentar a crise. Nesse contexto, as pressões para reabrir as economias são fortes e compreensíveis. Embora a maioria das pessoas ainda respeite as decisões do governo sobre o confinamento, o que é conhecido como fadiga comportamental é aparente. As pessoas estão perdendo a paciência. Também é visto claramente na Figura 9 que, com o passar do tempo, cai a porcentagem de pessoas que acreditam que o COVID -19 deve ser a prioridade do governo. A impaciência é naturalmente maior no caso daqueles que perderam seus meios de subsistência. (p. 23)

O BID explicita esses elementos escamoteando as contradições presentes na divisão internacional do trabalho e, sobretudo, inculcando a responsabilização no comportamento do indivíduo frente ao confinamento. Nesse contexto, o BID orienta que a flexibilização das políticas de isolamento social seja direcionada para gestão de três aspectos necessários para o desenvolvimento da economia: os transportes públicos, as escolas e o trabalho. Para fins desse artigo, nos deteremos a analisar as orientações do BID para o campo educacional tanto no que tange às propostas voltadas para o período do isolamento social quanto aquelas que se voltam para sua flexibilização.

Uma das preocupações centrais expressas no documento produzido pelo BID quanto à reabertura das escolas volta-se para o retorno dos pais/responsáveis ao trabalho. O BID reconhece as crianças como possíveis agentes propagadoras

do vírus, sobretudo pela dificuldade de manterem distanciamento umas das outras e por conviverem com idosos em suas casas. No entanto, o BID orienta que os países da América Latina precisam, apenas, gerenciar os aspectos sanitários, os critérios de agrupamento dos estudantes e docentes e as estratégias pedagógicas de apoio à aprendizagem para que as escolas possam ser abertas mantendo um nível mínimo de crescimento na curva de mortos pelo COVID-19.

No que diz respeito ao aspecto sanitário, o BID recomenda que seja realizado um mapeamento das condições estruturais das instituições educativas no que concerne à ventilação das salas de aula e à oferta de água potável; acondicionamento de um número mínimo de estudantes por sala de aula; aumento do número de banheiros; mudanças na preparação e entrega da alimentação escolar; formação sobre os protocolos de limpeza para docentes e funcionários; apoio psicológico e social às famílias; uso de máscaras, luvas e termômetros; oferta de materiais de limpeza; monitoramento das condições de saúde dos estudantes; e orientação aos estudantes para que se evite transportes públicos com aglomeração no acesso à escola. Já os critérios para a assistência e o reagrupamento dos estudantes devem ser orientados segundo o nível educativo, a zona geográfica e a densidade estudantil. Por nível educativo, o documento recomenda que o retorno se concentre nos alunos da Educação Infantil e da Alfabetização, uma vez que representam o maior quantitativo de estudantes e concentram as crianças com menor autonomia para as aulas na modalidade EAD e para o auto-cuidado, dificultando o retorno dos pais ao trabalho. Em relação à zona geográfica, recomenda-se começar pelas zonas rurais, pelos locais com maiores dificuldades de provimento da modalidade EAD – sem internet e/ou sem eletricidade. Quanto à densidade dos estudantes, o BID recomenda que se coordene

a EAD com jornadas escolares presenciais mais curtas, organizando os estudantes de acordo com ano de escolaridade e dias de semana específicos, de modo que seja garantido algum tipo de distanciamento social.

Quanto aos critérios pedagógicos, o documento produzido pelo BID propõe que os países realizem diagnósticos acadêmicos com o objetivo de mensurar as lacunas de aprendizagem de cada estudante para que sejam adotadas medidas de aceleração de aprendizagem, através do Ensino Online, priorizando as áreas de Linguagem, Matemática e Ciências, assim como organizando programas de tutoria a partir do incentivo do voluntariado entre professores em formação inicial e aposentados. O BID chama atenção para o aumento do número de alunos nos estabelecimentos públicos, devido à dificuldade das famílias em continuar custeando a educação privada e para a necessidade de formação dos professores e “voluntários” a partir de programas online. O BID reforça que a EAD é uma modalidade que deverá se manter no período posterior à pandemia, indicando que os sistemas de ensino devem mesclar as aulas presenciais com a modalidade EAD.

De maneira sistemática, o BID organizou uma série de cursos, oficinas e webconferências para assegurar o treinamento dos professores, gestores e “voluntários” acerca da EAD no período da pandemia. Através do Instituto Interamericano de Desenvolvimento Econômico e social (INDES), que se apresenta como uma organização destinada à produção e divulgação de conhecimento sobre desenvolvimento social e econômico na América Latina e no Caribe, o BID vem promovendo, desde o ano de 1995, cursos em distintas áreas que se coadunam com os espaços de atuação do BID no interior dos países latino-americanos. Desde 2004,

o INDES passou a oferecer o Programa de Capacitação para a Educação Online, com o objetivo de oferecer formação pedagógica e tecnológica para o desenvolvimento dessa modalidade nas instituições públicas e privadas. Os cursos e oficinas são destinados a professores, intelectuais formadores, tutores de cursos online, desenvolvedores e gerenciadores de conteúdo para ambientes virtuais. Todos os cursos são realizados na plataforma Moodle do INDES e utilizam ferramentas tecnológicas síncronas e assíncronas. Para o período da pandemia gerada pelo COVID19, o INDES organizou o programa Moving online que consiste na oferta de recursos, experiências, webconferências, fóruns e blogs com o objetivo de formar professores e gestores de instituições públicas para a transição da modalidade presencial para a modalidade online. As tabelas abaixo reúnem os cursos e webconferências oferecidas pelo programa Moving online.

Tabela 1: Programa Moving online: cursos oferecidos no ano de 2020

CURSO	DESCRIÇÃO	COMPETÊNCIAS
Formação online de professores 8ª edição	Principais diretrizes para a prática de ensino e aprendizagem on-line em uma sala de aula virtual.	Comunicação efetiva
Design instrucional para aulas on-line 6ª Edição	Planejamento de ensino a partir da necessidade educacional dos alunos e da organização da ação instrucional	Eficácia no desenvolvimento
Avaliação para aprendizado online 4ª Edição	Desenvolvimento de ferramentas que permitam a criação de atividades e avaliações on-line.	Análise e síntese de problemas; comunicação Efetiva; pensamento crítico, analítico e criativo.
Estratégias e boas práticas em fóruns 3ª Edição	Uso eficiente e eficaz de fóruns em cursos on-line.	Pensamento crítico, analítico e criativo; planejamento e organização.

Treinamento de tutoria on-line 21ª Edição	Diretrizes básicas sobre aprendizado on-line para novos tutores que usarão plataformas virtuais de ensino-aprendizado.	Pensamento crítico, analítico e criativo; planejamento e organização.
Workshop expresso de pedagogia online 1ª e 2ª Edição	Identificar os aspectos básicos da mediação pedagógico-comunicativa para adaptação processo de migração imediata dos ambientes de aprendizado presencial para virtual.	Pensamento crítico, analítico e criativo; Eficácia no desenvolvimento; comunicação efetiva.
Bootcamp virtual para ensino remoto 2ª Edição	Abordagem prática para fornecer uma rápida introdução à educação on-line, práticas e recursos essenciais para um ensino eficaz.	Pensamento crítico, analítico e criativo; eficácia no desenvolvimento; comunicação efetiva.
Recursos Educacionais Abertos	Apoiar a transição do treinamento presencial para o treinamento on-line.	Análise e síntese de problemas; comunicação efetiva; fluência tecnológica; solução de problemas e inovação.

Tabela 2: Programa Moving online: webconferências oferecidas no ano de 2020

TEMA	CONFERENCISTA	ORIGEM INSTITUCIONAL
O desafio organizacional da transição da educação presencial para a virtual.	Francisco Mezones	Consultor do BID.
Como transformar a aprendizagem através de uma nova maneira de avaliar online?	Fernando Senior	Representante internacional da Quality Matters na América Latina e no Caribe.
Conheça a sala de aula virtual	Estella Porto	Especialista em Gestão do Conhecimento e Aprendizagem do BID.
O que as instituições precisam considerar para se transformar e responder às necessidades atuais e futuras da sociedade? Que tipo de liderança é necessária?	Albert Sangrà Morer	Professor da Universidade Aberta da Catalunha e diretor acadêmico da Cátedra UNESCO.

Como o “fazer” é ensinado à distância? Como uma Orquestra Sinfônica ensaia em tempos de pandemia?	Leonardo Guevara	Primeiro fagote da Orquestra Sinfônica Nacional da Colômbia
Soft skills em ambientes virtuais: oportunidades de aprendizado	Ernesto Mondelo	Especialista em Gerenciamento de Projetos e criador do Gerenciamento de Projetos para o desenvolvimento (PM4R) do BID.
Ensinar em tempos de pandemia	Carmen Coronado	Coordenadora de Design Instrucional do Sistema Universitário Virtual da Universidade de Guadalajara.

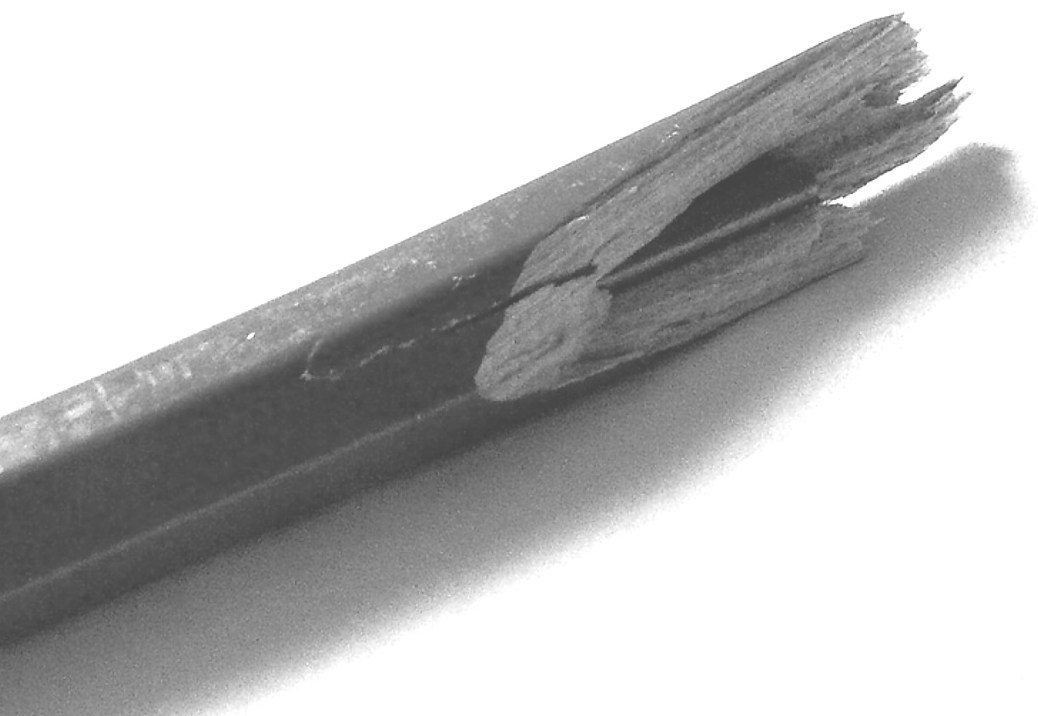
Destacamos, portanto, que a defesa de políticas de Educação à Distância (EAD) para a América Latina, pelo BID, não se restringe ao contexto gerado pela pandemia do Covid-19. Tal defesa está intrinsecamente ligada aos pilares centrais das diretrizes educacionais propostas pelo capital, como a mercantilização da educação, o estreitamento da relação público-privada e o processo de aligeiramento da formação. Partimos do pressuposto que, sob o discurso da democratização do acesso ao ensino, da modernidade e da neutralidade tecnológica, as políticas de EAD são uma construção do capital com o objetivo de aprofundar a ofensiva capitalista no campo educacional. O período da pandemia tornou-se uma oportunidade para a classe dominante ampliar as suas estratégias políticas de dominação, sem maiores resistências dos setores populares que se encontram isolados socialmente e são a parcela da sociedade historicamente excluída no sistema capitalista.

As recomendações do BID neste artigo explicitadas, não estão descoladas das recomendações de outros organismos supranacionais como o Banco Mundial, a OCDE e a UNESCO no contexto mundial, embora com algumas nuances de diferenciação que não concentram o objetivo deste artigo.

Elas apenas reforçam nossa proposição de que as formas de dominação na contemporaneidade se explicitam a nível global e demonstram o caráter de manutenção das condições de desigualdade sob o discurso da democratização de direitos. Os mais de 300 mil mortos pela COVID-19, declaradamente subnotificados, são em sua maioria pertencentes a classe trabalhadora, que continua sem condições estruturais e concretas de se manter em isolamento social. São essas pessoas que não possuem a opção de não sair das suas casas enfrentando transportes públicos cheios para cuidarem das casas e da educação das crianças que não são delas e que não possuem acesso a um tratamento de saúde apropriado. Enfim, são esses trabalhadores e trabalhadoras que sentem concretamente os efeitos das políticas capitalistas de mercantilização da vida.

Bibliografia

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Del confinamiento a la reapertura:** Consideraciones estratégicas para el reinicio de las actividades en América Latina y el Caribe en el marco de la Covid-19. Washington: BID, 2020.



PROPOSTAS E AÇÕES DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO PARA SETOR PÚBLICO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA

Fabício Fonseca da Silva¹

Para o empresariado brasileiro à crise por pandemia do novo coronavírus é uma janela de oportunidades para novos negócios². Para isso se viabilizar, segundo eles, é necessário mobilizar a sociedade civil, sobretudo o setor empresarial, para realização de mudanças estruturais no pós-pandemia³. Desse modo, as diferentes frações empresariais, por intermédio, de suas organizações, têm aproveitado a atual

-
- 1 Professor na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).
 - 2 De acordo com empresário Jorge Lemann (Fundo 3G e Fundação Lemann) em período de crises surge muitas oportunidades. Disponível em: <http://bit.do/ffFUD>, acesso junho de 2020.
 - 3 Em uma transmissão ao vivo pela internet, o empresário Jorge Gerdau (Grupo Gerdau e Movimento Brasil Competitivo), disse que é preciso mobilizar a sociedade civil na realização de reformas estruturais no pós-pandemia. Disponível em: <http://bit.do/ffFUy>, acesso junho de 2020.

conjuntura, tanto para acelerar a implantação do padrão de acumulação em curso, baseado no uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), quanto para aprofundar a reforma do Estado, em especial a digitalização do setor público. Neste artigo, analisaremos as propostas do Movimento Brasil Competitivo (MBC) para o pós-pandemia, para o setor público, para economia e, sobretudo, para campo educacional.

Destacamos, que o MBC, ao longo de sua trajetória, tem atuado na organização do empresariado para enfrentamento das crises orgânicas do capitalismo, formulando e difundindo seus projetos nas empresas e no interior do aparelho do Estado. Antes do início da pandemia do novo coronavírus, o Movimento tinha propostas e ações para essas duas questões: 1) fomentar políticas para implantação da economia digital no setor público e privado e 2) reconfigurar o aparelho do Estado, diante de uma ampla reforma. O que observamos agora, na atual crise, que se aprofunda por conta da pandemia, é a atuação do Movimento, que é uma grande frente formada por empresários, executivos, gestores públicos e especialistas, na reafirmação das propostas que haviam sido elaboradas para enfrentar a crise que vem ocorrendo no capitalismo desde de 2008 ⁴.

O MBC surgiu, em 2001, numa conjuntura na qual os empresários brasileiros, em especial a fração industrial, reclamavam da perda do seu protagonismo político e mani-

⁴ Essas transformações que ocorreram no capitalismo avançado, a partir da crise de 2008, receberam diversos nomes: “mudança de paradigma”; “quarta revolução industrial”, esta última foi cunhada pelo Fórum Econômico Mundial; economia compartilhada e *gig economy*. Nick Srnicek, defini esse novo estágio da economia de capitalismo de plataforma. Para o autor, a economia digital consiste num novo modelo de negócios que dependem da tecnologia de informação, dados e internet. (SRNICEK, 2018).

festavam o seu desacordo, diante a política econômica praticada durante o segundo o governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003). Essa ação coletiva empresarial, liderada por Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Êlcio Aníbal de Luca (Serasa Experian), Edson Musa (Caloi), Antonio Maciel Neto (Grupo Itamaraty, Ford e Suzano Papel e Celulose, entre outros, teve como objetivo, naquele período, difundir e implantar a gestão da qualidade total⁵ no setor privado, no setor público e nas organizações da sociedade civil, visando “melhorar a competitividade brasileira”.

O modelo de gestão da qualidade total emergiu a partir da crise orgânica do capital mundial na década de 1970. Em trabalho anterior, observamos que, no Brasil, umas das organizações pioneiras, na difusão desse modelo de gestão, foi Fundação Cristiano Otoni (FCO), fundação ligada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo nos engenheiros da UFMG, Vicente Falconi e José Martins Godoy, os principais intelectuais do movimento da Qualidade Total no Brasil. Tempos depois, Falconi e Godoy criaram a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) e em 2003, o FDG passou a se chamar Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). Esse Instituto trabalhou junto ao MBC em vários projetos de implementação da gestão da qualidade total no interior de órgãos públicos, inclusive na educação básica (SILVA, 2017).

5 Os programas de qualidade total consistiram numa nova técnica organizacional que tem sua origem no Japão após a Segunda Guerra Mundial. A elaboração dos princípios da qualidade total foi realizada pelo professor norte-americano W. Edwards Deming na década de 1950 no Japão. O significado da qualidade era queda nos custos da produção para aumentar a competitividade do Japão internacionalmente. Outro intelectual da qualidade total foi J.M.Juran, que em parceria com o engenheiro japonês Ishikawa, estendeu esse conceito para além das áreas de manufatura, incorporando-o a quase todas operações da empresa.

Ainda em 2001, o MBC foi reconhecido pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o que permitiu ao Movimento acesso ao fundo público, através de Termos de Parceria e a doações de empresas privadas. O MBC é mantido por grandes empresas e instituições, com forte presença de grandes grupos econômicos tecnológicos transnacionais, como Amazon, Facebook, Google, Intel, Microsoft e Huawei. O Movimento também incorporou organizações da sociedade civil, entidades patronais corporativas, sindicatos representantes da classe trabalhadora⁶ e representantes do aparelho institucional do Estado.

Além disso, o MBC possui articulações com os organismos internacionais, entre eles o Fórum Econômico Mundial (FEM), Banco Mundial (BM) e Agência para o Desenvolvimento Internacional do Estados Unidos (USAID). A partir 2004, o MBC, junto com a Fundação Dom Cabral, passou a colaborar com FEM para formulação do Relatório Global de Competitividade⁷. O Fórum Econômico Mundial ou Fórum Econômico de Davos funciona como uma internacional capitalista, responsável por difundir as diretrizes neoliberais e a sua variante ideológica, social liberalismo, aos países do centro à periferia.

6 No período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder (2003-2016), as principais instituições da classe trabalhadora estavam associadas ao MBC: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), configurando o projeto petista de conciliação de classes.

7 O Fórum Econômico Mundial vem medindo a competitividade nacional e elaborando Relatórios de Competitividade há mais de três décadas. Desde 2004, o Fórum classifica os países de acordo com o Índice de Competitividade Global.

Diante disso, o MBC tem se constituído numa importante frente⁸, na periferia do capitalismo, de mobilização do empresariado, da sociedade civil e da sociedade política, na tarefa histórica de modificar as estruturas do Estado brasileiro e operá-la conforme os interesses das classe dominantes brasileiras e estrangeiras, transformando suas principais bandeiras em questões nacionais. Dito de outro modo, mesmo defendendo os interesses particulares do empresariado, apresenta-se como uma frente que ultrapassa os interesses imediatos de classe (CASIMIRO, 2020). Na atualidade, o MBC tem atuado em quatro frentes: governança e gestão pública, custo Brasil, economia digital e educação (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2020).

O tema da governança tem sido difundido, nos países de capitalismo dependente, especialmente pelo Banco Mundial. Trata-se do processo da gestão empresarial na Era neoliberal, na qual a administração pública incorporou as normas e os padrões definidos por organizações privadas. No Brasil, o MBC tem cumprindo esse papel no empresariamento das funções sociais do Estado e na implementação de modelos privados de gestão na administração pública e na educação, através do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) que, a partir de 2017, passou a se chamar de “Mais Gestão”. O PMGP foi realizado com a participação de empresas de consultorias, especialistas em gestão por resultados, para atuar junto ao órgãos público de governos estaduais, municipais e federal, nas áreas de educação, saúde,

8 O termo frente móvel foi utilizado por René Dreifuss, em seu estudo, para analisar a influência das novas organizações empresariais na configuração da Assembleia Nacional Constituinte no Brasil em 1986. Segundo o autor, caracterizam-se pela sua composição ideológica, o tipo de recrutamento, a organização e a forma de atuação, isto é, são “verdadeiros protótipos de estados-maiores e elite orgânicas (DREIFUSS, 1989, p. 116).

segurança pública e meio ambiente, desenvolvendo programas de meritocracia, reestruturação de processos e monitoramento de metas e resultados.

Em 2015, o MBC lançou o “Pacto pela Reforma do Estado”, que consiste numa coalizão pública-privada, para dar continuidade à reforma do Estado, iniciado na gestão de Luís Carlos Bresser-Pereira no governo FHC. A reforma atual tem o objetivo de reconfigurar o aparelho do Estado brasileiro em cinco áreas: 1) planejamento, orçamento e governança para resultados; 2) pessoas e força de trabalho; 3) receita e gastos públicos; 4) contrato e aquisições; e 5) instituição e *Accountability*. Com isso, essa reforma pretende aprimorar os sistemas de avaliação de política públicas, acabar com estabilidade do servidor público, rever critério de vinculação de receita e despesas do orçamento, ampliar a participação do setor privado e terceiro setor no serviço público e rever o pacto federativo (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2017).

Custo Brasil é uma agenda política defendida pelo empresariado industrial brasileiro desde a década de 1990; consiste em designar os fatores que prejudicam a competitividade das empresas do país diante das empresas multinacionais. Na conjuntura atual, segundo os empresários, os principais problemas do custo Brasil são: a carga tributária, a infraestrutura logística, a burocracia, a baixa produtividade do trabalhador, o custo do crédito entre outros. O MBC defende um conjunto de reformas estruturais para “melhorar o ambiente dos negócios”. Algumas delas já foram aprovadas pelo Congresso. Em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista, que aumentou a precarização do trabalho. No ano passado foi aprovada a reforma da previdência e para este ano é esperada a reforma tributária.

Outra bandeira defendida pelo MBC é a economia digital, entendida como uma nova fase do capitalismo (SRNICEK, 2018), onde a tecnologia da informação é colocada à serviço da produção econômica, o que tem produzindo uma intensificação da exploração do trabalho. O MBC, desde 2016, lidera uma “coalização digital” com as principais empresas de tecnologia do mundo, para digitalizar os serviços públicos e o setor privado. Com isso, foi lançado, pelo Movimento, o “Manifesto Brasil Digital”, com o propósito de “criar um Brasil onde todos tenham ao alcance o poder da transformação digital alavancando o desenvolvimento público e privado (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2016).

A educação, para o empresário Jorge Gerdau, presidente do conselho superior do MBC, é a base para o desenvolvimento de todas as propostas defendidas pelo Movimento. Jorge tem um longo histórico de ação no campo da política e da educação. Na política, ele ganhou notoriedade no final da década de 1970, na transição ditadura empresarial-militar (1964-1985) para o processo de abertura política, quando junto com outros empresários do setor industrial⁹ publicaram um documento intitulado “Primeiro Documento dos Empresários”, onde criticavam a política econômica do governo, o sistema político da época e as questões sociais: política salarial, saúde, educação e meio ambiente

No contexto da Constituinte e da Nova República, Jorge Gerdau atuou ativamente em várias entidades representa-

9 Faziam parte desse grupo Cláudio Bardella (ex-presidente da ABDIB e diretor-presidente do Grupo Bardella); Severo Gomes (ex-ministro da Industrial e Comércio e diretor-presidente do Grupo Parayba); José Mindelin (diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve); Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim); Paulo Villares (ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e diretor do Grupo Villares); Paulo Velinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos eletrônico Grupo Springer); Laerte Setúbal Filho (Grupo Duratex)

tivas do empresariado, dentre elas, Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes); Instituto Liberal (IL); Movimento Cívico de Reconstrução Nacional (MCRN); Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Depois disso, Jorge Gerdau participou de diversos conselhos empresariais e de organizações da sociedade civil. Foi presidente da Ação Empresarial. É conselheiro do Instituto Milênio, fundador do Todos Pela Educação e membro do Grupo Líderes Empresariais (LIDE).

Além disso, esteve em governos de diferentes bandeiras partidárias. Em 2011, no governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, Jorge Gerdau foi presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), na qual poderia difundir programas de qualidade no setor público. E, na atualidade, o MBC desenvolve, em parceria com Ministério da Economia, o Programa de Melhoria Contínua da Competitividade¹⁰. Dessa forma, o empresário Jorge Gerdau é um intelectual condensado, na acepção gramsciana, pois trata-se de ao mesmo tempo de um organizador político e proprietário do capital.

Para divulgar o projeto educacional da sua classe, Jorge Gerdau escreveu alguns artigos, que foram publicados no jornal Folha de São Paulo, no início deste século. Em um artigo, o empresário, atrelava o crescimento econômico brasileiro à falta de qualidade na educação básica, propunha, então, para resolver essa mazela, a formação de capital social e reforço da competitividade e inovação no país (JOHANNPE-

¹⁰ Governo lança programa para diminuir o custo Brasil. O programa de melhoria de competitividade prevê o estabelecimento de um canal centralizado de comunicação, por meio de ferramenta a ser disponibilizada no site do Ministério da Economia para recepção de proposições de políticas públicas e soluções para a melhoria do ambiente de negócios. Disponível em: <http://bit.do/jfFUr>, acesso, 09/07/2020.

TER, 2006). Assim, a tríade formada pelo capital social, pela competitividade e inovação somente seria efetivada, segundo ele, por meio da parceria do setor público com as ditas organizações não governamentais.

Deste modo, de acordo com Jorge Gerdau, a única forma de competirmos globalmente é garantindo uma educação de qualidade para todos. No entanto, essa qualidade não pode ser garantida pelo Estado e seus funcionários, por isso, ele defende publicamente uma maior participação do empresariado, nessa empreitada, sobretudo, através da difusão da “competência gerencial” (JOHANNPETER, 2006) nas instituições de ensino público, segundo ele, somente essas competências podem fazer com que as escolas e os professores melhorem a produtividade sem que aumentem os recursos públicos. Deste modo, Jorge coaduna-se com as teorias do capital humano e da qualidade total, muito difundida pelos organismos internacionais, no campo educação e com Objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM)¹¹.

Os Seminários de Educação¹², promovidos pelo MBC, foram os meios de difusão das propostas sociais-liberais na educação, e o PMGP foi utilizado para implementar essas propostas, em secretarias estaduais e municipais. Em 2007, os governadores do Rio de Janeiro Sergio Cabral do Partido da Mobilização Democrática (PMDB) e de Pernambuco Eduardo Campo do Partido Socialista Brasileiro (PSB) aderiram ao PMGP, com objetivo de reduzir as despesas por meio da racionalização dos recursos humanos e materiais;

11 A educação, no fim do milênio, tornou-se um mecanismo estratégico para equilibrar os principais problemas globais: a redução da pobreza e a proteção ambiental (MOTTA, 2012).

12 A primeira edição do Seminário Internacional de Educação Brasil Competitivo foi realizado em 2004 e a última edição ocorreu em 2008. Na primeira edição, contou com a participação do intelectual suíço Phillipe Perrenoud.

aumento da receita por meio do aperfeiçoamento do processo de arrecadação, além de melhorias nos indicadores nos resultados nas áreas de segurança pública, saúde e educação (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2007). Nos anos seguintes, outros estados e municípios foram aderindo ao Programa e destacou-se, nesse momento, o governo de Goiás administrado pelo governador Marconi Perillo do PSDB.

Em 2016, houve o aprofundamento do empresariamento do processo pedagógico em todo o país. A reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, foram a materialização desse processo. Elas ainda não foram implementadas na sua totalidade nos sistemas públicos de ensino. Encontram-se em fase de sistematização pelos organismos empresariais, para depois serem difundidas para os professores reproduzirem em suas salas de aulas. Essas reformas do ensino e do currículo estão em sintonia com as diretrizes dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no sentido de adequar a formação da força de trabalho para as novas exigências do capitalismo. Entre elas estão a competência socioemocional e habilidade com tecnologias digitais.

A pandemia do novo coronavírus acelerou as tendências que já estavam colocadas pela nova fase do capitalismo, denominada de capitalismo de plataforma por Srnicek, mas que levariam anos para se realizar, especialmente, em países da periferia do capital. Na educação, por causa do isolamento social, estamos acompanhando o uso de plataformas digitais, por professores de diversas redes de ensino público e privado. No entanto, muitos alunos não estão acessando essas plataformas, pelo fato, de não terem dados de internet. Além disso os professores das escolas públicas não recebe-

ram formação para trabalhar com as tecnologias digitais. As ditas aulas remotas tem descortinado as desigualdades sociais e educacionais que foram encobertas por décadas de políticas educacionais meritocráticas, amplamente difundidas pelo MBC, na conjuntura dos governos sociais liberais.

Bibliografia

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo** – 1.ed.— São Paulo Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011, 380f. Tese (doutorado em serviço social) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989

JOHANNPETER; Jorge Gerdau. Todos Pela Educação. In: **Reescrevendo a Educação: propostas para um Brasil melhor**. Editoras Ática e Scipione, 2007.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. **Educação versus indignação**. São Paulo: Folha de São Paulo/Mercado. 25 de junho de 2006. Disponível em: <http://bit.do/fjLKV>. Acesso em: 06/03/2019.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. **Nossas Bandeiras**. Disponível em: <http://bit.do/fjLkX>. Acesso em: 09/07/2020.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Pacto pela Reforma do Estado, 2007. Disponível em: <http://bit.do/fjLLB>
Acesso em: 09/07/2020.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Criando Um Brasil Digital para todos, 2016. Disponível em: <http://bit.do/fjLLH>. Acesso em: 09/07/2020.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Programa Modernizando a Gestão Pública. Disponível em: <http://bit.do/fjLLM>. Acesso em: 09/07/2020.

SILVA, Fabrício Fonseca da. **O novo modelo de gestão escolar na rede estadual do Rio de Janeiro: agentes e agências**. 2017, 153f. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ/ Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma**. 1ª. edição. Ciudad Autónoma de Bueno Aires: Caja Negra, 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO? CLASSE DOMINANTE E PODER FRENTE À PANDEMIA

Livia Herdade¹

O movimento Todos pela Educação (TPE) é na atualidade a organização que sistematiza e difunde no país a contrarreforma mundial da educação. O TPE se organiza e atua como um partido ampliado da classe dominante (LAMOSA, 2019). O movimento que foi lançado no congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, em 2006. Realizado no Museu do Ipiranga em São Paulo, é composto por 32 organizações divididas entre mantenedores e parceiros. São 14 sócios mantenedores: Fundação Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Unibanco, Banco Itaú BBA, Banco Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura e Instituto Samuel Klein. Entre os parceiros do Todos pela Educação estão: Grupo ABC, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Insti-

¹ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e membro do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

tuto Ayrton Senna, Friends Audio, Fundação Victor Civita, McKinsey Brazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Canal Futura, Editora Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Patri – Políticas Públicas –, Luzio e Itaú Cultural (MARTINS 2009, 2013).

No período da pandemia o TPE tem realizado junto aos organismos internacionais e a organizações brasileiras, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), uma articulação nos termos da Coalização Mundial Pela Educação, movimento desencadeado internacionalmente. Essa articulação produziu dois seminários no mês de abril de 2020, semanas após o fechamento das escolas ter ocorrido em todo país. Nesses seminários que contaram também com a participação do Conselho Nacional de Educação definiram-se as diretrizes que posteriormente serviram de base para as políticas educacionais para o período da pandemia.

O TPE sistematiza e difunde aqui no Brasil as diretrizes que foram produzidas mundialmente pela coalizão. A política foi definida a partir do diagnóstico de que o fechamento das escolas teria como desdobramento a perda de aprendizagem e um retrocesso para o processo de universalização da Educação Básica, requisito exigido pelos mesmos organismos internacionais, desde a “década da educação para todos” nos anos 1990. A recomendação da coalizão foi a instituição de um “Ensino Remoto Emergencial” (ERE) para o período de fechamento das escolas e uma espécie de “Ensino Híbrido” formado por educação presencial num turno e ERE como expediente de apoio.

Nas primeiras semanas após a suspensão das aulas e fechamento das escolas no Brasil, o Movimento Todos Pela Edu-

cação (TPE) reforçou sua estratégia de reivindicar para si a responsabilidade sobre a educação básica brasileira e atracou como um dos principais articuladores sobre como conduzir a educação na pandemia e no pós-pandemia, sistematizando uma série de discussões e documentos para fomentar não só o ensino remoto como única saída para a crise educacional, mas toda a sua ideologia e pedagogia de mercado.

No atual momento de crise causada pela pandemia do COVID-19, o TPE vem se empenhando em promover seu papel articulador por meio de webnários, notas técnicas, participação em programas televisivos e em diversos eventos e apoios a projetos de lei, sempre articulados com seus ideais, para a qualificação da discussão sobre respostas e ações para a educação brasileira. Articulando-se com órgãos públicos e com o setor privado, como Banco Mundial, o TPE aproveita para colocar em pauta seus programas e ações, como o Educação Já!, e se colocar como agente fundamental nessa discussão. O Movimento, que representa os interesses da classe dominante, vem disseminando sua ideologia para a reorganização da educação pública (FIERA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R., 2020).

Os debates promovidos pelo TPE através de webnários, que tiveram como principal articulador o Conselho Nacional de Educação – e enfatizaram o protagonismo do Todos na educação pública -, buscaram determinar o caminho que a educação básica pública brasileira seguiria durante e após a crise causada pela COVID-19. Toda a discussão girou em torno das diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial, discutidas nas Notas Técnicas produzidas pelo TPE, que direcionava os rumos que a educação seguiria, mas sem espaço para outras possibilidades: ou se aceita ensino remoto ou não haverá aulas.

Para fundamentar e justificar a modificação no cenário da educação básica houve representação de todas as camadas públicas governamentais. Participaram representando a esfera municipal a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); na esfera estadual o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FNCE); e no âmbito nacional o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), além do Conselho Nacional de Educação (CNE). Ainda foram convidados coordenadores escolares, professores do ensino fundamental I e II, secretários e ex-secretários de educação de diversas regiões do Brasil, como Cláudia Costin que hoje representa a Fundação Getúlio Vargas (FGV), além do de representantes do Banco Mundial.

A ausência de políticas e determinações pelo Ministério da Educação (MEC) para a educação durante a pandemia viabilizou um espaço protagonista ainda maior para o Todos Pela educação. Todos esses representantes participaram das lives para fomentar as ideias já expostas pelos TPE, como se a participação e debate realizados em poucas horas fosse o suficiente para implementação das políticas determinadas pelo Todos na educação brasileira.

Todas as discussões ao vivo estavam paramentadas nas duas notas técnicas produzidas pelo organismo para qualificação do debate público, uma sobre o ensino à distância na educação básica frente ao COVID-19 e outra sobre o retorno às aulas no contexto da pandemia. Na 1ª Nota Técnica foi apresentado o ensino remoto como única opção para o momento. Reconhecendo o provável aumento das desigualdades com todos os ônus causados pela pandemia, o Todos propõe diversas ações heterogêneas no tratamento

dos alunos que promoveriam a mitigação dos problemas e pressiona os órgãos públicos a normatizar as atividades e ações realizadas nesse período. A transferência da responsabilidade pelo sucesso do ensino para os professores e para a família é feita desde o início pelo TPE, demonstrando que não há preocupação com a aprendizagem e bem estar dos estudantes e professores, mas sim a necessidade de sustentar a pedagogia de mercado e implementar as diretrizes formuladas na Coalizão Global.

A política proposta pelo TPE vai ao encontro dos interesses de uma fração importante da classe dominante que vem sendo enormemente favorecido com a conjuntura de expansão do trabalho e da educação remota. Essa fração é composta pelas grandes corporações detentoras da tecnologia Big Data que atuam mundialmente e controlam o mercado de megadados. Nessa mesma fração estão as startup edtechs que são empresas com atuação direta na educação e responsáveis por produzir um amplo conjunto de produtos e serviços vendidos para escolas públicas e privadas. De acordo com análise nos relatórios do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) as startup edteches cresceram enormemente entre 2017 e 2019, tendo no próximo período a expectativa de enorme crescimento.

A 2ª Nota Técnica discute, principalmente, a reabertura das escolas e a volta às aulas, sendo fundamentada em pesquisas de situações parecidas vividas por outros países. O documento teve contribuição de cinco especialistas, entre eles Cláudia Costin e o diretor do Programa Juntos. Com suposta preocupação com os impactos no desenvolvimento educacional dos alunos e para frear a taxa de abandono e evasão escolar, o TPE sistematiza uma série de estratégias, como a avaliação diagnóstica e programas de recuperação,

e levanta a necessidade de um trabalho intersetorial, não só entre as esferas governamentais mas também entre o público e o privado. Além disso, frisa a necessidade de incorporação dos elementos das políticas implementadas no momento da pandemia nas redes de ensino de forma permanente constituindo uma espécie de ensino híbrido formado por um mix de ensino presencial e ensino remoto.

O TPE se aproveita do momento de crise e omissão do Governo Federal e do MEC frente à educação neste momento para reorganizar e delimitar a educação básica com apoio de organismos públicos. A promoção dos debates e das notas técnicas, disfarçados de promoção de opiniões e possibilidades, mascara a disseminação das diretrizes impostas pelo Banco Mundial para a educação dos países de capitalismo dependente e da ideologia dominante. A pressão para a criação de um Sistema Nacional de Educação, da aprovação do novo Fundeb e da normatização das políticas educacionais estabelecidas no período da pandemia revela a pressa do organismo em reconfigurar a educação pública e se fortalecer como protagonista e “salvador”, fortalecendo uma educação mercadológica.

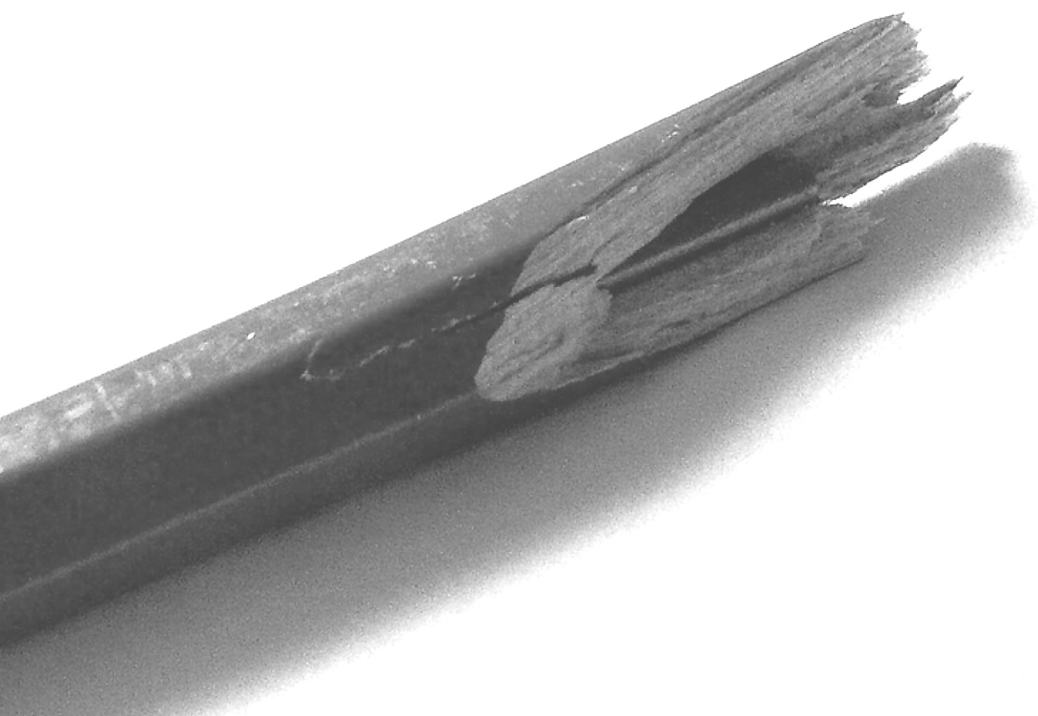
Bibliografia

FIERA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. 1ª ed. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, v. I, p. 21-27.

LAMOSA, Rodrigo. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação? - **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível: <http://bit.do/fjFKN> (Acesso em 22 de set se 2019)

MARTINS. A. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ponta Grossa v. 4, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2009.

MARTINS. E. M. **Movimento Todos Pela Educação**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação - Campinas, 2013.



A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E A CRISE SANITÁRIA: PAVIMENTANDO O CAMINHO PARA A EXPANSÃO DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Amanda Rodrigues¹

A Fundação Roberto Marinho (FRM) é o principal braço intelectual de formulação de políticas públicas para educação do Grupo Globo. Este, enquanto tal, representa o maior conglomerado de mídias de comunicação do país, exercendo desde a fundação da sua rede de televisão na década de 1960 uma tarefa importantíssima de educação das massas. É impossível dissociar a tarefa política e pedagógica da Rede Globo de Televisão e da Fundação Roberto Marinho, na medida em que o projeto pedagógico mais significativo da Fundação, a metodologia Telessala, é a iniciativa mais longeva de educação à distância privada no país voltada para jovens e adultos e que faz uso da mídia televisiva como

¹ Professora nas redes municipais de Itaboraí e Nova Iguaçu (RJ), mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Laboratório de Investigação, Estado, Poder e Educação (LIEPE).

a principal tecnologia difusora dos seus materiais pedagógicos. Em um contexto de crise sanitária, toda essa *expertise* tem um valor inestimável na reorganização dos agentes da burguesia no sentido de construção de respostas rápidas e eficientes para a educação.

A Fundação é uma das apoiadoras de destaque do Movimento Todos Pela Educação (TPE) que atua como uma grande frente da burguesia que se apoia em um projeto social-liberal para a educação. Essa frente vem sendo desde a sua origem em 2006 um grande instrumento de classe para implementação de políticas públicas do seu interesse junto aos governos. Sustentando uma posição suprapartidária, o movimento vem participando dos maiores debates sobre políticas públicas educacionais e nesse contexto de crise sanitária assumiu a tarefa de construção e efetivação de um projeto de unidade nacional em parceria tácita com o Conselho Nacional de Educação, dado o vazio de políticas de articulação com redes estaduais e municipais deixado pelo Ministério da Educação. Sendo assim, as respostas efetivas do campo da educação dadas pelo país hoje, são aquelas gestadas pela burguesia que compõe o TPE, dentre elas a Fundação Roberto Marinho.

A pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus pegou o mundo capitalista de surpresa, principalmente porque exigiu respostas rápidas à capacidade impressionante de transmissibilidade da partícula viral. De maneira geral, os governos decretaram medidas cada vez mais rígidas de isolamento social, esvaziando os bancos de escolas e universidades em todos os continentes e colocando à burguesia a importante tarefa de pensar estratégias para a garantia da aprendizagem das crianças e jovens, ao mesmo tempo que capacita em nível mundial todo esse contingente humano de

professores e alunos a naturalizar novas ferramentas digitais como uma realidade no processo educacional.

No Brasil, as diretrizes que apontam para a aplicação do ensino remoto no sistema educacional público e privado são orientadas pelas diretrizes do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2020) que trabalha a partir da perspectiva de *igualdade de condições de aprendizagem*. Essa pressuposta igualdade, para ser efetiva na realidade brasileira, precisaria superar a abissal desigualdade de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), bem como à desigualdade no acesso à sistemas de banda larga de internet e é nesse contexto que os mais variados aparelhos privados de Hegemonia no Brasil são mobilizados para oferecer respostas aos sistemas educativos.

Assim, a expansão do ensino remoto nas escolas brasileiras foi basicamente realizada de três maneiras: 1) via contrato firmado entre os sistemas de ensino com plataformas privadas, como o Google (Google Classroom), Microsoft (Teams), Facebook, dentre outras; 2) Via expansão do antigo e já difundido sistema de tele-ensino, dando novos ares a essa metodologia; 3) a partir da elaboração e implementação de plataformas próprias de ensino. No que tange à atuação da Fundação Roberto Marinho, aponto as estratégias 1 e 2 como as principais, ainda que não excluo a possibilidade de, em futuro próximo, serem criadas plataformas próprias de acesso de conteúdos educativos.

Alinhada a todas as orientações para o desenvolvimento dessa modalidade remota a toque de caixa, a Fundação lança nas suas mais diversas plataformas digitais um conjunto de ações de incentivo e estímulo à prática do exercício de autonomia pedagógica em tempos de crise, voltados a estudantes e professores, mas também aos responsáveis. Segundo o site

da Fundação, são três principais frentes de ação: 1) Distribuição de conteúdo educativo; 2) serviços educacionais; 3) Formação de professores. (FRM, 2020a)

O primeiro eixo de atuação visa ampliar a divulgação dos materiais já existentes produzidos pela Fundação Roberto Marinho e seus braços. Mais especificamente se trata da disponibilização dos vídeos do Telecurso (que já são vinculados tanto pelo site específico do programa quanto nas redes de televisão associadas) e a novidade dos mais de 600 vídeos inéditos do Canal Futura produzidos pela Escola da Fundação Roberto Marinho e disponibilizados gratuitamente pela plataforma Youtube. O canal, que pertence à Fundação, é voltado para a produção de conteúdo acadêmico para jovens e adultos, bem como para a formação de professores. Nos dias de pandemia, o Canal Futura tem disponibilizado o conteúdo das teleaulas em grade de horário fixa para criar uma rotina de estudos em quem acompanha os conteúdos.

O Segundo eixo estratégico da Fundação – serviços educacionais – é a novidade que a Fundação efetivamente testa. Trata-se da utilização da plataforma educacional do Google (Google for Classroom) para a criação de um ambiente virtual de ensino remoto efetivo. Foi criada uma turma de segundo segmento do Fundamental e uma do Ensino Médio com quatro professores inscritos em cada uma delas – o que sugere que atuem como mediadores de áreas do conhecimento e não de disciplinas específicas, como é o modelo aplicado pela metodologia Telessala.

Já o terceiro eixo – formação de professores – não é exatamente uma novidade para os trabalhos da Fundação. Como *modus operandi*, a FRM não contrata professor quando existe a implementação do Telecurso (com o nome-fantasia que seja) em regime de parcerias desde a experiência

frustrada no estado do Maranhão². Sendo assim, a demanda por profissionais qualificados que possam conduzir os trabalhos com as turmas atendidas pela metodologia Telessala é suprida pelas redes públicas de ensino que contratam – direta ou indiretamente – a Fundação. Esse corpo docente então passa por um processo de formação conduzido pela FRM a portas fechadas e que o capacita a conduzir os itinerários formativos como tutores do conjunto de disciplinas. Fica claro que o objetivo central não é tornar o professor capaz de adquirir os conhecimentos teóricos e técnicos que poderiam (em tese) capacitá-lo a ministrar um conteúdo diferente daquele de sua formação, mas sim investir na adesão desse intelectual – hegemonia – a uma pedagogia focada nas competências mínimas que formem esse sujeito em situação de atraso escolar para o mundo do trabalho simples.

Então, que formação seria essa agora repaginada para um contexto de crise sanitária? A resposta não é explícita porque sabemos a resistência da Fundação Roberto Marinho na transparência de suas metodologias de formação e resultados de avaliação, mas podemos deduzir a partir de posicionamentos públicos nos mais diversos veículos de mídia do Grupo Globo que o enfoque hoje é a competência socioemocional. A adequação dos corpos e mentes para essa nova etapa da investida burguesa sobre a escola é mais uma questão de convencimento e adesão espontânea que de regulamentação jurídica – ou de qualquer outro expediente. Professores, alunos e responsáveis precisam “comprar” o ensino remoto como uma alternativa viável de substituição/complementação do ensino formal nas escolas e para isso

2 No ano de 2003 a FRM perde uma ação trabalhista movida por cinco professores no estado do Maranhão que reconhece vínculo empregatício entre eles e a Fundação. (JUSBRASIL, 2003)

estão voltados todos os veículos de comunicação e formação de opinião pública do Grupo.

A Fundação não ignora as limitações em que os últimos meses de trabalho remoto efetivo esbarrou: as já mencionadas desigualdades de acesso e permanência em ambientes virtuais de aprendizagem, falta de preparo e formação de professores e alunos, falta de espaço adequado para estudo e, principalmente, os índices crescentes dos níveis de ansiedade e outras doenças mentais que agravam a situação da pandemia. Em matéria recente publicada no G1 – um veículo de notícias do Grupo Globo – os adolescentes listam uma série de questões impeditivas para a efetividade do ensino remoto. Mas muito longe de ser um elemento de desmobilização dos setores burgueses, esse tipo de matéria apenas mostra que a pandemia é um verdadeiro laboratório de testes e experimentos que vão apontar os rumos do ensino remoto no Brasil e as estratégias da burguesia para superação dessas questões.

Como consequência, o avanço do capital sobre a escola pública a partir do ensino remoto também precisará incorporar as competências socioemocionais para que toda essa mudança repentina seja acolhida pela comunidade escolar como um processo inevitável e irreversível para o qual todos devem ser preparados. Caberá aos professores fazer essa mediação afetiva, entendendo que a figura do professor também tenderá a ser realocada nesse novo contexto. Assim, para produzir dados a respeito do impacto sobre jovens em tempos de pandemia, a Fundação lança parceria com o Conselho Nacional da Juventude, Unesco e outras entidades e divulga no seu website uma pesquisa³ intitulada “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” que visa

3 A pesquisa foi encerrada no dia 31 de maio de 2020.

“avaliar os impactos da pandemia para os jovens brasileiros” (FRM, 2020b).

Mais do que detalhar os pormenores da pesquisa, é mais importante jogar luz sobre essas iniciativas de cunho aparentemente desinteressado. Ela nos mostra que a burguesia em nível internacional se preocupa com o impacto da crise sanitária e econômica sobre os jovens na medida que serão eles os principais afetados pelas medidas de aprofundamento das políticas neoliberais como superação da crise econômica. Depreendemos que o professor, dessa vez capaz de reproduzir em sala de aula toda a adaptação a que foi submetido em tempos de exceção, seja o agente responsável por incorporar a sua prática de ensino as competências socioemocionais, como resiliência e adaptabilidade e, assim, formar gerações de jovens que introduzam os princípios éticos e econômicos da sociedade de classes na sua própria subjetividade.

Dessa maneira é uma tarefa fundamental de todos os educadores e educadoras que lutam por uma escola pública de caráter emancipador que se instrumentalizem e multipliquem as informações como a tarefa mais prioritária em tempos de isolamento social. É fundamental organizar a resistência à expansão dessa modalidade remota de ensino que tem como resultado mais cruel o aprofundamento das desigualdades educacionais que lutamos tanto em tantos anos para superar.

Bibliografia

BANCO MUNDIAL. Políticas educacionais na pandemia do COVID-19: O que o Brasil pode aprender com o

resto do mundo? Disponível em: <http://bit.do/fjLLV>. Acesso em 01/06/2020.

G1. Dois meses depois de suspensão de aulas presenciais, alunos, pais e professores relatam como está a educação durante a pandemia. Disponível em: <http://bit.do/fjLLZ>. Acesso em 01/06/2020

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Disponível em: <https://frm.org.br/>. Acesso em 01/06/2020a

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Pesquisa questiona jovens sobre o impactos da pandemia em suas vidas.** Disponível em: <http://bit.do/fjLMg>. Acesso em 01/06/2020

JUSBRASIL. **Justiça reconhece vínculo de professores com Fundação Roberto Marinho.** Disponível em: <http://bit.do/fjLMi>. Acesso em 20/04/2020.

O INSTITUTO AYRTON SENNÁ E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Ramon Mendes da Costa Magalhães¹

O Instituto Ayrton Senna vem desenvolvendo há alguns anos um projeto de formação educacional com ênfase no desenvolvimento das competências socioemocionais ligadas às competências intelectuais ou cognitivas. Para isso ele tem buscado parcerias com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a UNESCO, o INEP, fundações e organizações empresariais, e entes federativos (Estados e Municípios) para a implementação nas escolas de todo país de seus projetos de formação dos professores, dos alunos e disseminação de materiais didáticos e instrumentos avaliativos.

1 Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutorando em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

A intencionalidade desses projetos perpassa por uma formação para determinada sociabilidade ligada à esfera produtiva e social de hegemonia burguesa. Seus interesses representam os interesses da classe dominante, transvestidos por um conceito de formação integral para toda vida, que esconde a essência do projeto do capital, estruturado no domínio dos meios de produção e na exploração da classe trabalhadora para a manutenção da ordem burguesa. Sendo assim, os projetos para a educação a partir das competências têm a pretensão de formar um novo tipo de trabalhador, para que eles se conformem as novas maneiras de exploração colocadas nos processos produtivos e as novas condições materiais para a vida em sociedade.

As competências envolveriam características cognitivas e socioemocionais dos sujeitos em situações profissionais, mas, também, em outras atividades práticas para se alcançar determinado objetivo para superação de desafios. Elas enfatizam características individuais, de responsabilização e preparação para assumir riscos, se alinhando a outros valores propagados pela hegemonia burguesa, nos mais variados espaços de relações sociais.

No atual momento de crise, devido à Pandemia do Corona Vírus, o Instituto Aryton Senna vem propagando o discurso de que as competências socioemocionais têm um importante papel para os profissionais de educação, professores, alunos e suas famílias. As estratégias utilizadas são as mais variadas, dispostas em seu site (IAS, 2020a) e conforme expomos abaixo².

2 Os conteúdos analisados no site do Instituto Aryton Senna foram realizadas com os conteúdos disponibilizados até a data de 15/06/2020.

1º Nota de posicionamento COVID-19

A primeira estratégia utilizada foi uma nota de posicionamento sobre a crise gerada pela pandemia que nos coloca um grande desafio para enfrentá-la. Segundo o IAS, além de solidariedade, seria fundamental conhecer e praticar competências socioemocionais para superar as adversidades dessa crise. O IAS se propõe a oferecer materiais e conteúdos sobre as competências socioemocionais por meio de suas plataformas digitais, redes sociais e parceiros para as redes públicas e à sociedade em geral.

O IAS salienta que mesmo sem saber dos impactos financeiros que a crise pode gerar, vai garantir a manutenção do seu quadro de profissionais, demonstrando empatia e solidariedade com seus trabalhadores.

Observamos que a estratégia colocada pelo IAS perpassa pela obtenção de um consenso em torno das competências socioemocionais principalmente por partes dos trabalhadores da educação, de modo que as competências teriam um grande potencial para resistir aos impactos causados pela crise em diversas dimensões, entre elas, a financeira, a emocional e a social. No entanto, não se colocam em questão os problemas reais dos sistemas educacionais públicos e muito menos as condições materiais da classe trabalhadora, que tem seus filhos nas redes públicas de ensino e que tem sido agravada pela crise em curso. Já em relação ao segundo ponto, que trata da não demissão de seus profissionais, acreditamos que os efeitos financeiros sobre o IAS são reduzidos, pois seus recursos advêm de seus parceiros empresarias oriundos do grande capital nacional e internacional, que vem obtendo lucros, isenções e benefícios há

anos com a exploração do trabalhador e utilização do fundo público nacional, bem como obtendo lucros de novas formas durante a crise.

2º Formação on-line para educadores no período de quarentena.

Mediante a crise do COVID-19, o IAS vem desenvolvendo cursos de formação para seus profissionais em estados e cidades na qual já tem parceria. Entre eles, o estado do Ceará e Mato Grosso, e as cidades de Fortaleza (CE), Sobral (CE) e Teresina (PI). O projeto desenvolvido se intitula “Diálogos socioemocionais”, que busca trazer um debate e avaliação formativa sobre as competências socioemocionais para o âmbito escolar. As estratégias de formação utilizadas nesse projeto perpassam por: webinar sobre o desenvolvimento de competências socioemocionais e sua integração à formação cidadã e projeto de vida dos estudantes; Foi também abordada uma visão aprofundada sobre avaliação formativa, bem com exploraram atividades para estudantes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais; encontros on-line que retomarão temas como educação integral, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a matriz de competências socioemocionais; criar um movimento estruturado para manter o vínculo entre os profissionais de educação e abrindo espaço para a troca de experiências. Nos encontros online também estão sendo discutidos o acolhimento dos alunos na volta às aulas e a retomada de atividades escolares após o isolamento social.

Todas as estratégias formativas supracitadas buscam a concretização do projeto do IAS em disseminar o discurs-

so da importâncias das competências socioemocionais para este momento de crise e que os profissionais de educação as utilizem em suas práticas pedagógicas para além da crise, materializando o projeto de educação da classe dominante, que visa a conformação da classe trabalhadora à nova sociabilidade burguesa necessária a manutenção da acumulação do capital.

3º Competências Socioemocionais para a crise (IAS, 2020a).

A terceira estratégia é a grande forma de conformação e comunicação do portal do IAS para a divulgação das competências socioemocionais aos profissionais de educação e à sociedade em geral no período de crise devido à pandemia.

Inicialmente o IAS faz uma contextualização das implicações da crise para os alunos, tanto sobre os aspectos educativos, como sociais, apresentando as possibilidades do surgimento de variadas emoções e sentimentos, e como as competências socioemocionais são importantes para o enfrentamento de período. Logo abaixo, o IAS explica seus objetivos, que visam inspirar e o apoiar os educadores e famílias para enfrentar as adversidades a partir de uma série de informações, estratégias e práticas para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Iniciam explicando o conceito de competências socioemocionais e suas implicações para um desenvolvimento pleno³ e para o desenvolvimento de um projeto de vida. Logo

3 Neste momento o IAS apresenta um link para saber mais sobre o que seria o desenvolvimento pleno. Não foi nossa intenção analisar especificamente o con-

abaixo, dividem as 17 competências socioemocionais em 5 grandes macrocompetências, e salientam que estas se relacionam com as 10 competências gerais presentes na Base Nacional Curricular Comum (BNCC)⁴, que orientarão a educação em todas as escolas no país.

Importante destacar que o IAS esteve envolvido na construção da BNCC, integrando o “Movimento pela Base Nacional Comum”, que teve grande influência na construção da BNCC e na sustentação da BNCC por competências. Esse fato reforça a presença das competências socioemocionais no projeto do IAS para enfrentamento da crise em curso, compactuando com o projeto do capital na construção desse projeto de amplitude nacional para formação humana e educacional dos alunos de todo o país.

No próximo item, o IAS apresenta como as competências socioemocionais podem contribuir no momento de crise, organizando orientações de cada competência sociemocional: Inicialmente fazem a apresentação da competência, a partir da pergunta “O que é (empatia, foco e persistência, responsabilidade, tolerância ao estresse e criatividade e interesse artístico), depois justificam a importância da competência partindo de outra pergunta “Por que (empatia, foco e persistência, responsabilidade, tolerância ao estresse e criatividade e interesse artístico) é importante?”. Posteriormente, trazem orientações do que fazer nesse momento de crise a partir da competência apresentada e orientações gerais, para pais e mães, professores e para crianças, adolescentes e jo-

teúdo dessa nova página nesse momento. Ela está disponível no link: <http://bit.do/ffFUq>.

4 Há um link para acessar um material em pdf para tratar das relações da BNCC com as competências socioemocionais. <http://bit.do/ffFUu>. Não foi nossa intenção analisar especificamente o conteúdo desse material neste momento.

vens. Finalizam trazendo como fonte o IAS e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ao apresentar e orientar os indivíduos a partir das competências sociemocionais trazendo as orientações da OMS, o IAS busca consolidar um discurso: que essas competências teriam uma forte influência positiva no processo de aprendizagem e no contexto de crise, devido aos impactos econômicos, sociais e emocionais. No entanto, não vemos uma preocupação latente em discutir a realidade concreta dos professores, pais e alunos. Não questionam se as determinações da vida material de cada sujeito social, que são influenciadas por múltiplas dimensões, são produtos relativos à crise ou a própria estrutura do capitalismo, que vem causando sérias consequências às dimensões econômicas, sociais e emocionais dos sujeitos de acordo com a divisão de classe sobre a qual se sustenta a acumulação de capital e a ordem burguesa.

A próxima estratégia desenvolvida para o enfrentamento da crise nos lares das famílias é a sugestão de atividades de acordo com os anos de escolaridade (Fundamental I Anos Iniciais – 10 atividades, Fundamental II Anos Finais – 5 atividades e Ensino Médio – 7 atividades). Nos anos iniciais, tratam de atividades ligadas ao conhecimento do corpo e sua relação com as emoções; já nos anos finais, buscam desenvolver atividades sobre o autocuidado e sustentabilidade. Para o ensino médio, as atividades versam sobre protagonismo e autonomia, bem como o desenvolvimento de projetos de vida para alcançar sonhos e metas.

A responsabilidade social e sustentável, como a individual no controle de suas emoções e supostas escolhas, são a grande marca desse discurso sedutor e motivacional, sustentados sobre crenças e exceções.

Sendo assim, pensando a partir de um projeto desenvolvimentista desde a infância até a idade adulta, o IAS materializa seu projeto de formação humana pautado nas competências socioemocionais buscando criar uma determinada subjetividade e personalidade nos alunos, adequados às necessidades do mercado de trabalho e da vida social, marcada por uma instabilidade sócio-econômico-emocional fruto da própria estrutura do capital. O interesse defendido perpassa pela manutenção, reprodução e adaptação dos sujeitos a essa realidade construída, e não há um questionamento e transformação radical da base material e superestrutural que concretiza essa realidade.

Existe a intenção de criar na mente dos sujeitos uma falsa percepção de possibilidade de transformação de sua realidade, uma percepção de que os sujeitos individualmente são responsáveis por seu sucesso ou fracasso na sociedade, e que eles teriam a possibilidade de escolher o que fazer para ascender na sociedade, a estratos sociais mais elevados. Esse projeto de formação humana funda-se na sua essência em noções como a da empregabilidade, do empreendedorismo e das competências, como se elas fossem capazes de alterar a vida coletiva e individual dos sujeitos.

Logo em seguida o IAS trás 4 vídeos⁵, com duração de 1 hora cada, sobre as competências socioemocionais e suas relações com a crise. Os vídeos têm as seguintes temáticas: Vídeo 1 – StartSe com Viviane Senna – Lições para os novos tempos, a partir do COVID-19; Vídeo 2 – Live – Competências socioemocionais em contexto de crise; Vídeo 3 – Live - Como as habilidades socioemocionais ajudam nas relações família e escola durante o isolamento social;

⁵ Não é nossa intenção analisar especificamente o conteúdo dos vídeos neste momento.

e Vídeo 4 – Live - EducaçãoEmDebate Socioemocionais e a pandemia como preparar estudantes no isolamento e depois dele?

Os vídeos buscam reforçar, através de outras formas de comunicação e seus intelectuais, a importância das competências e reforçar a partir de seus intelectuais o projeto do IAS para a formação dos profissionais e dos alunos, bem como ações de suas famílias.

Logo abaixo o IAS oferece dois cursos de capacitação profissional intitulados: “As competências socioemocionais na escola” e “Eu sendo criativo e crítico”, O primeiro tem a intenção de apresentar as competências socioemocionais a profissionais de educação e sociedade em geral interessada, já o segundo curso trata de duas competências requeridas e muito valorizadas em todos os ambientes produtivos, e que vêm sendo cobradas aos profissionais de educação, principalmente aos professores, para se adequarem ao projeto de formação educacional presente na BNCC com ênfase em competências. Além disso, em tempos de pandemia, os cursos de capacitação on-line têm sido instrumento de controle da classe trabalhadora para justificar seus rendimentos, o que demonstra uma preocupação do capital em não ceder nada aos trabalhadores, mesmo com a complexidade das consequências que a crise tem gerado à classe trabalhadora.

Posteriormente, usa-se mais uma nova ferramenta de comunicação, o Podcast⁶, para que os professores ouçam e reflitam sobre diferentes formas de se aprender na atualidade, entre elas as que envolvem as competências socioemocionais. Essas novas formas de se aprender têm-se sustentado nas “pedagogias do aprender a aprender”, pautadas em peda-

⁶ Não é nosso interesse em analisar profundamente o conteúdo do podcast neste momento.

gogias neoprodutivistas, neoescolanovista, neoconstrutivista ou neotecnicista (SAVIANI, 2013).

Para finalizar, o IAS tráz uma série de reportagens em diversos veículos de comunicação sobre os impactos da pandemia na educação, entre as quais algumas salientam a importância do desenvolvimento das competências socioemocionais. Abaixo há ainda uma série de outros conteúdos em que os indivíduos podem se informar sobre o uso de plataformas para EAD, cursos on-line, depoimentos de alunos sobre as competências socioemocionais e como elas mudaram a sua vida. Trazem também informações sobre como os outros países agindo frente à crise em relação a educação. E finalizam expondo o que outras fundações e grupos empresariais têm realizado para incentivo à educação mediante a crise instalada.

Ressaltamos que muitos dessas fundações e grupos empresariais apoiam o IAS e/ou desenvolvem projetos educacionais pautados na perspectiva epistemológica e filosófica defendida pelo IAS, e que buscam a concretização do projeto burguês hegemônico para a educação brasileira, que tem como finalidade a adequação dos trabalhadores para o mercado produtivo e a ordem social burguesa.

Concluimos que o IAS vem aproveitando a crise do COVID-19 para fazer mais uma investida sobre os profissionais de educação e redes de ensino do país, a fim de consolidar o seu projeto de desenvolvimento de aprendizado tendo as competências socioemocionais como carro chefe para sustentar a ordem burguesa.

Cabe a toda classe trabalhadora, junto com a fração dos trabalhadores da educação, lutar contra esse projeto hegemônico, apresentando resistência e principalmente um pro-

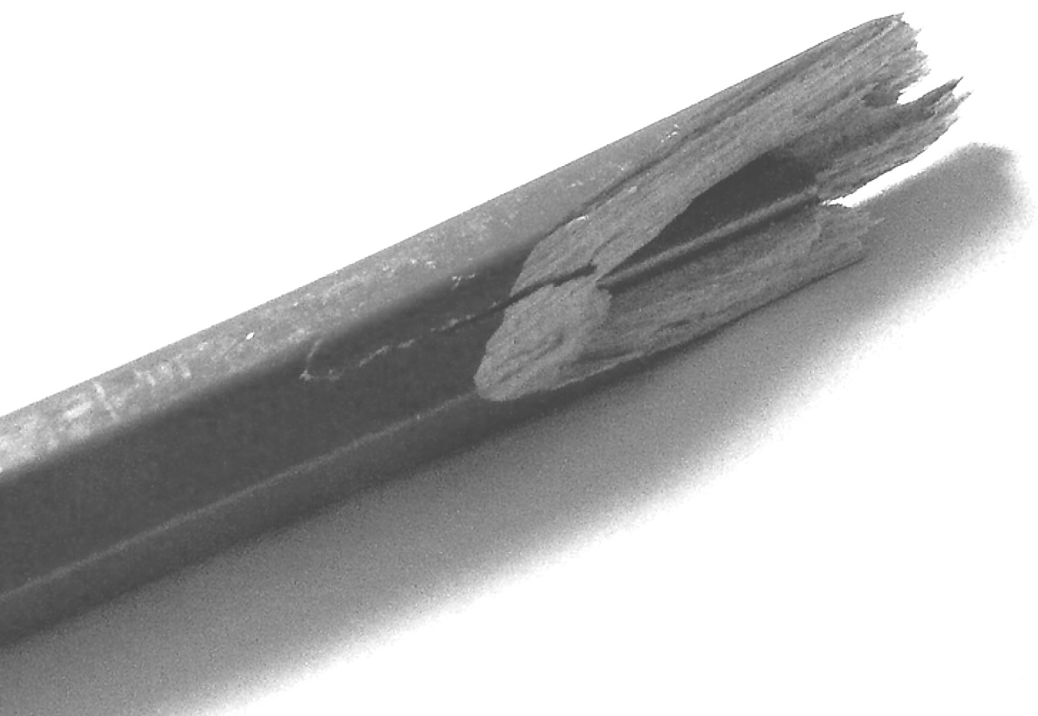
jeto contrário para a sociedade e para educação da classe trabalhadora que possibilite a transformação radical da realidade, superando o projeto capitalista de produção e de sociabilidade.

Referências Bibliográficas

Instituto Ayrton Senna (IAS). Disponível em: <http://bit.do/fjLMv>. Acesso em: 20 de maio 2020.

Instituto Ayrton Senna. **Competências socioemocionais para contextos de crise:** Informações, estratégias e práticas para famílias e educadores desenvolverem habilidades socioemocionais na educação durante a crise da pandemia Covid-19. 2020. Disponível em: <http://bit.do/fjLMs>. Acesso em: 20 de maio 2020.

Saviani, Dermeval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores Associados, 2013.



A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19

Amanda de Oliveira Pereira¹

A Fundação Itaú Social atua como um dos principais Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) da fração financeira da classe burguesa, sendo uma das fundações do conglomerado Itaú Unibanco. Criada no ano de 2000², é hoje a principal frente de atuação do grupo Itaú Unibanco na área educacional, fundada com o intuito de reunir os principais programas e projetos do grupo, a Fundação opera como um grande “guarda-chuva” dos demais. A Fundação Itaú Social, apresenta-se como um “polo de desenvolvimento educacional” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.) e seu site funciona como uma plataforma para os demais projetos desenvolvidos pelo grupo para a educação pública brasileira.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, bolsista CAPES e pesquisadora do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE). E-mail: amanda.op12@gmail.com

2 Como consta em sua página digital: <http://bit.do/jfFUj>

O site da Fundação separa seus programas em dois grandes pilares: Formação de profissionais de educação e Fortalecimento da sociedade civil. No primeiro pilar encontram-se oito programas, sendo quatro deles direcionados a aprendizagem de linguagens, escrita e leitura, e outros três programas destinados exclusivamente a professores e gestores educacionais. Estes contam o que a fundação chama de “ambientes virtuais de aprendizagem”, sendo mais voltado para gestores educacionais, a formação destes perante o que a instituição acredita ser uma gestão pedagógica mais “eficiente”. Há ainda um programa voltado para “avaliação e monitoramento”, que realiza avaliações internas e externas em todos os projetos que são apoiados pelo Itaú Social. No segundo pilar da instituição, encontram-se também oito programas, destes, quatro deles disponibilizam recursos financeiros a Organizações da Sociedade Civil (OSC) e escolas públicas além de “formação e instrumentos de monitoramento e avaliação.” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.).

A partir da breve análise dos programas do Itaú Social, já se torna possível perceber a aproximação no campo da educação a distância, porém, deixando claro seu público alvo, os professores e todo o corpo docente e administrativo das escolas públicas. Os projetos são, em suma, voltados para uma educação continuada de professores com a visão da instituição sendo empregada nestes, e ainda, a formação de gestores educacionais numa clara perspectiva empresarial da escola, uma gestão empresarial para a escola.

No ano de 2018, o Itaú Social articula, em conjunto com o Todos Pela Educação (TPE), uma pesquisa com professores da educação básica brasileira. Neste sentido, entendemos o TPE como um importante organismo da classe burguesa na busca do consenso que “denomina-se uma aliança nacio-

nal apartidária composta pela sociedade civil, pela iniciativa privada e por organizações sociais de educadores e de gestores públicos da educação. Seu principal objetivo é incidir em políticas públicas para a Educação Básica brasileira” (MARTINS, 2016, p. 13). A pesquisa intitulada “Profissão Professor”, contou com 2160 professores da educação básica de diversas regiões do país. Nas palavras do Itaú Social, através da pesquisa, *“docentes apontam falta de continuidade de políticas e desconexão entre programas e sala de aula”* a pesquisa realizada pela Fundação e pelo TPE exhibe ainda que:

Para eles [professores], a reversão deste cenário exige medidas que aprimorem a formação continuada (69%) e a escuta dos docentes para a formulação de políticas educacionais (67%), além de restaurar a autoridade e o respeito à figura do professor (64%) e garantir melhor remuneração (62%). (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2018, s.p.)

Foi através dessa pesquisa que o Itaú Social deu início à construção de um novo ambiente ensino a distância, denominado “Polo”. Em agosto de 2019, o Itaú Social lança a sua mais recente plataforma online, designada como um ambiente de formação, oferecido a docentes da educação básica, gestores educacionais e equipes das secretarias de Educação, além das OSC, a plataforma conta com cursos gratuitos e com certificados para seu público alvo. Até o momento, antes da conjuntura pandêmica, os conteúdos programáticos da plataforma estavam distribuídos em quatro percursos formativos. São eles: Gestão pedagógica; Gestão operacional; Monitoramento e Avaliação; Leitura, Escrita e Matemática. Os percursos são pequenos ‘guarda-chuvas’ dos cursos que a instituição oferece, sendo no to-

tal duzentas e cinquenta horas para a formação continuada de professores a distância.

Até este momento, o Itaú Social deixava claro o público alvo de seus conteúdos: os trabalhadores da educação, agindo na formação desses trabalhadores, empregando a visão da instituição (ou seja, a visão da classe burguesa, sobretudo da fração financeira da mesma) sobre a prática pedagógica da escola pública e do trabalho docente. Como mostra uma reportagem no ano de 2019, em que o coordenador de formação do Itaú Social, Carlos Garrido destaca “A estratégia de formação e aprendizagem do Itaú Social objetiva não apenas a **apropriação de técnicas e conteúdos**, mas também a promoção da reflexão contínua sobre as **práticas profissionais**, que permitam que elas sejam **repensadas, adaptadas e recriadas**” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2019, grifos nossos, s.p.) deixando nas entrelinhas a busca pelo consenso através da apropriação das técnicas e conteúdo (empresariais) por parte dos trabalhadores da educação, e ainda, afetando diretamente a prática docente.

A partir de abril de 2020, já na conjuntura da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) no mundo, o Itaú Social muda a perspectiva da sua nova plataforma, e visa agora, também a esfera familiar. Assim o Itaú Social publica na plataforma Polo “uma página com dicas de conteúdo, atividades educativas e ferramentas para educadores **e famílias** que enfrentam o isolamento necessário para a contenção do coronavírus.” (POLO ITAÚ, 2020, grifo nosso, s.p.). Diferentemente dos percursos formativos direcionados aos trabalhadores da educação, que, em suma, se alinham ao sistema de avaliações externas de ampla escala, com foco na avaliação e em conteúdos apenas de linguagens e matemática, essa nova página do Polo disponibiliza conteúdos

dos mais diferentes segmentos, não apenas curriculares, mas também de demais temas ligados, como, por exemplo, a cultura, artes, direitos humanos, etc. Para a disponibilização desses diversos conteúdos para as famílias, o Itaú Social se apoia nas competências socioemocionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), expressando que “Nos arranjos familiares experimentamos descobertas que nos acompanham ao longo da vida, como aprender a conviver, colaborar e sermos empáticos, pressupostos que se alinham às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular.”(POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.).

Assim o Itaú social mapeia diversas iniciativas, como plataformas online, *podcasts*, aplicativos, e outros diversos ambientes de ensino à distância, e os dispõe na sua plataforma para as famílias. Hoje, 14 de junho de 2020 (data em que o presente texto foi escrito), a plataforma disponibilizava esses conteúdos e iniciativas agrupados nos seguintes segmentos: Atividades Pedagógicas; Artes; Biologia; Comunicação; Cultura Geral; Direitos Humanos; Educação Física; Entretenimento; Geografia; História; Língua Estrangeira; Matemática e Química, totalizando um quantitativo de noventa e nove iniciativas e conteúdos disponibilizados. Além desses conteúdos, a plataforma também disponibiliza ferramentas que estão sendo amplamente utilizadas pelas novas concepções de ensino a distância nesse momento de pandemia, como, por exemplo, o Google Classroom, Skype, Asana e entre outros.

As iniciativas e conteúdos disponíveis vão desde plataformas de aprendizagem em que o próprio Itaú Social já é o formulador da mesma, ou se coloca enquanto “parceiro” da iniciativa, até materiais de Secretarias de Educação de diversos estados do Brasil que já estão implementando o

ensino a distância durante a pandemia, como é o caso do Educa-PE, uma plataforma da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco que consiste em aulas online, através do *YouTube* e do *Facebook*, além de também transmiti-las em TV aberta, por meio de emissoras parceiras.

Dentre as noventa e nove iniciativas apresentadas pelo Polo, uma das que mais chama a atenção é o “Aprendendo Sempre”. Trata-se de uma plataforma gerada por uma coalizão de Organizações Sociais (OS) e Aparelhos Privados de Hegemonia durante a pandemia para incidir na educação pública brasileira. Formada por mais de vinte OS, constam em seu quadro de realizadores da iniciativa: Instituto Alana; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Centro de Inovação para a Educação Brasileira; Colabora Educação; Ensi-na Brasil; FGV Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Fundação Telefônica VIVO; Rede Globo; Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional; Imaginable Futures; Instituto Ayrton Senna; Instituto Natura; Instituto Pennsula; Instituto Rodrigo Mendes; Itaú Social; Instituto Sonho Grande; Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos; Movimento Pela Base; Escola Nova; Por Vir; Unicef. Está em desenvolvimento também a partir dessa coalizão, ou dessa rede de OS e de APHs, o programa Vamos Aprender, que tem como objetivo disponibilizar videoaulas em TV aberta. Dentro da plataforma são disponibilizados:

Indicações de ferramentas com conteúdos pedagógicos alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (...) tecnologias que viabilizam a preparação e a transmissão de aulas online, além de

recomendações para o bom uso dessas soluções e de como é possível promover experiências saudáveis e significativas para crianças, adolescentes e jovens remotamente.(...) bem como uma agenda de eventos, cursos, webinários e outras atividades de formação e troca de informações online(...) Para as famílias, há recomendações de ferramentas e atividades, além de dicas de como elas podem ajudar crianças e adolescentes em casa..(APRENDENDO SEMPRE, 2020, s.p.)

Além dessa nova página na plataforma Polo, cerca de 2 meses depois do início da quarentena no Brasil, o Itaú Social lança um novo percurso (além dos quatro que já foram expostos neste texto), o “Educação na Pandemia” que “Apresenta conteúdos e ferramentas para responder de forma rápida aos efeitos negativos da crise instaurada na educação pelo novo Coronavírus.” (POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.). Contendo quatro formações dentro deste novo percurso, divididas em dois eixos, um voltado para dirigentes municipais e estaduais, e equipes pedagógicas, em que são disponibilizados “materiais e instrumentos para apoiar suas redes e realizar uma gestão da educação eficiente nos temas mais urgentes.” (POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.) e um segundo eixo voltado para as famílias, onde estão disponíveis vídeos com atividades para aprendizagem, elaborados diretamente pelo Itaú Social. Aos dirigentes municipais o Itaú Social busca orientar as secretarias, na condução dos processos de gestão, “apresentando e orientando as ações necessárias para a formulação e implementação das ações” (POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.). Já para as secretarias estaduais, busca a articular-se junto da atuação das mesmas com as redes municipais, “por meio de orientações, da construção de incentivos e normatizações, de processos de

assessoria” (POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.). Para os arranjos intermunicipais, o Itaú pretende apoiar consórcios intermunicipais que atuem no campo educacional, “servindo como fórum para debate e definição de estratégias comuns e sinérgicas” (POLO ITAÚ SOCIAL, 2020, s.p.). No eixo familiar, o Itaú dispõe materiais para aprendizagens e práticas pedagógicas, que atuem no dia-a-dia família, apoiando-se novamente nas competências socioemocionais da BNCC.

Tendo em vista os aspectos observados a partir da construção dessa nova plataforma, o Polo, fica clara a intensificação da atuação da Fundação Itaú Social na educação a distância. Em um primeiro momento direcionado aos trabalhadores da educação pública, visando uma formação continuada que, a partir de seus cursos e formações, garantam o consenso hegemônico desses trabalhadores, exercendo assim, um importante papel na difusão ideológica da classe burguesa. É observado também o enquadramento que a Fundação Itaú Social, bem como sua nova plataforma, possui ao sistema de avaliações externas de ampla escala, em que os cursos e conteúdos programáticos disponíveis pertencem apenas às disciplinas de português e matemática.

Com o advento da pandemia da Covid-19, é observada a formação de uma ampla rede de APH's que visam disseminar as novas formas de educação a distância, tanto na formação do professor quanto na formação do aluno. Fica clara a pretensão de que o ensino, visto antes como uma função da escola, passe agora a ser ainda mais difundido, como uma função também da família, com uma perspectiva ao *homeschooling*, ou educação em casa. O presente texto não pretende discutir todas as problemáticas inerentes ao *homeschooling* na realidade da sociedade brasileira, porém, ressaltamos que, pensar a educação em casa na nossa so-

cidade corrobora com a privatização dos aspectos sociais da educação, deixando de ser vista como um bem público e passando a ser vista como um bem privado. Nesta perspectiva, fortalece ainda mais o discurso neoliberal sobre a educação, não mais como bem público mas como um mercado, e é neste ponto que os diversos APH's, como a Fundação Itaú Social, vêm massificando a sua atuação durante a pandemia. É constatado uma imensa ampliação desse tipo de mercado voltado a educação a distância, com diversas plataformas educacionais direcionadas às famílias. Observamos também que, a atuação destes APH's não se resume às plataformas educacionais visando a educação familiar, mas, também, as secretarias de educação municipais, estaduais e demais órgãos administrativos, com a pretensão influenciar e difundir a ideologia burguesa na implementação de novas políticas públicas para a educação, gerando uma pressão para a normatização das medidas “emergenciais” que foram adotadas durante a crise no período da pandemia. Em nosso entendimento, tais formas de educação a distância não servem à classe trabalhadora, pois desconsideram por completo o quadro de desigualdades sociais que o Brasil possui. Desta forma, esse tipo de educação só favorece a classe burguesa e excluí ainda mais a classe trabalhadora, criando um aprofundamento ainda maior das desigualdades sociais e, sobretudo, educacionais deste país. Terminamos o presente texto refletindo sobre o futuro que podemos esperar para a educação pública no Brasil, quais os novos modelos de educação e de escolas serão possíveis ao fim da crise (caso haja um fim), visto que, as redes de APHs e as iniciativas como as que foram aqui apresentadas tendem a se ampliar ainda mais no atual cenário político-social.

Bibliografia:

APRENDENDO SEMPRE. **Sobre**. Disponível em: <http://bit.do/fjLMA>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <http://bit.do/fjLMC>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **História**. Disponível em: <http://bit.do/fjLMF>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Notícias**. Disponível em: <http://bit.do/fjLMH>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Notícias**. Disponível em: <http://bit.do/fjLMN>. Acesso em 10 de junho de 2020.

MARTINS, E. M. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

POLO ITAÚ SOCIAL. Disponível em: <http://bit.do/fjLMS>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FUNDAÇÃO BRADESCO: HEGEMONIA E O “NOVO NORMAL” DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Carlos Mauricio Franklin Lapa¹

Para entendermos a função da Fundação Bradesco na sociedade civil, faz-se necessário o debate do conceito marxista de hegemonia. Para tanto, recorreremos a Antônio Gramsci, cuja contribuição teórica é fundamental para os estudos marxistas em todo o mundo, deixando como ferramenta a introdução da concepção dialética da história. Sua compreensão da divisão da sociedade em dominados e dominantes é fruto de um processo histórico de lutas travadas no interior da sociedade. Por conseguinte, esta divisão não é natural nem é de natureza humana, como tentam explicar os pensadores tradicionais da política, mas fruto da luta de classes que promove o choque de posições e a disputa de visões de mundo antagônicas no interior da sociedade. É exatamente tentando

1 Professor das redes municipais de Duque de Caxias e Itaboraí (RJ). Formado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em educação e doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e pesquisador do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE).

explicar esse processo de embates que Gramsci formula o conceito de hegemonia.

Assim sendo, a hegemonia, segundo Gramsci, é a capacidade de um grupo social unificar, em torno de seu projeto político, um bloco mais amplo, não homogêneo e marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera esse bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça o aparecimento dos contrastes existentes entre elas. Tal concepção articula-se perfeitamente com a visão de Estado ampliado, ao estabelecer a diferenciação entre sociedades organizadas nos moldes “orientais” ou “ocidentais”. Portanto, nas condições do Capitalismo contemporâneo, uma classe mantém a dominação se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, numa perspectiva não economicista, a ultrapassar os interesses meramente corporativos, construindo, assim, a hegemonia das ideias, das vontades e das atitudes.

Considerações sobre a Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco conta com 40 escolas próprias, distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, além de outras iniciativas de difusão de sua ideologia, e sua origem remonta à década de 1950. Na área estudantil, a Fundação Bradesco é a maior instituição filantrópica do Brasil e está entre as cinco maiores da América Latina. Seu programa educacional alcança diversos níveis de formação e educação, tendo início na Educação Básica

e indo até a Profissionalizante, passando pela Educação de Jovens e Adultos, e pelo Ensino a Distância.

Nos últimos 10 anos, a Fundação Bradesco aplicou em educação recursos equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais. Suas escolas tinham 90.198 alunos matriculados, somente em 2019, com 1703 professores e 3367 funcionários. Desde a sua criação, a Fundação Bradesco proporcionou ensino a mais de 2 milhões de alunos.

As Origens da educação remota na Fundação Bradesco

No final da década de 70, a Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho iniciam uma parceria que vai se mostrar extremamente frutífera na construção da hegemonia burguesa e no aumento do cenário da filantropia empresarial. No que tange à parceria entre Fundação Roberto Marinho e Fundação Bradesco, o relacionamento das instituições teve como elo o telensino, idealizado pela Fundação Roberto Marinho durante os anos que se seguiram (1977-1981), mostrando ser extremamente viável aos interesses do capital, tendo em vista a oferta de uma formação mínima de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho. O interesse das empresas por esse tipo de ensino cresceu nas décadas de 1970 e 1980 de tal forma que, em 1981, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Bradesco, em comunhão, criaram o Telecurso 1º grau, que permaneceu ativo até o ano de 1995, dando espaço depois ao Telecurso 2000 e, posteriormente, ao Novo Telecurso.

Em 2001, é realizado o lançamento da Escola Virtual, portal de ensino a distância que ampliou a oferta de cursos de baixa qualificação, de forma 100% gratuita e *on-line*, em diferentes áreas, tais como Administração, Contabilidade e Finanças, Informática, Desenvolvimento Pessoal e Profissional e Educação e Pedagogia. No ano de 2018, a Escola Virtual contava com mais de 780 mil alunos.

A Fundação Bradesco no afastamento social: ações na quarentena

Durante o ano de 2020, em plena epidemia de Covid-19 e diante da necessidade de afastamento social, a Fundação Bradesco realizou um duplo movimento em relação ao ensino a distância, estruturante e que representa uma mudança na plataforma pedagógica utilizada, tanto para as suas escolas de ensino médio quanto para o seu maior programa de educação a distância: a escola virtual, com a utilização da plataforma da IBM *OpenP-TECH*. Outro responde, neste momento, às imposições do distanciamento social e do fechamento das unidades escolares com a utilização da plataforma *Cisco Webex*. A ação da Fundação Bradesco reflete bem sua orientação como um APH da burguesia e o seu papel na sociedade civil.

Fechamento das unidades escolares da Fundação Bradesco e o “puxadinho” virtual

Diante do relatório do Banco Mundial, publicado no dia 25 de março de 2020, estima-se que 1,5 bilhões –

92% de estudantes – fiquem sem aulas em todo o mundo. Logo, a interrupção do calendário escolar causará intensa pobreza na aprendizagem, gerando perdas educacionais irreparáveis. A Fundação Bradesco reafirma seu papel histórico ao alinhar-se aos grupos empresariais que detêm o controle sobre a tecnologia da informação e reproduz as diretrizes do Banco Mundial, UNESCO, OCDE e do movimento da coalizão global de educação, que, no Brasil, tem no movimento “Todos Pela Educação” seu principal organizador e difusor.

A Fundação, seguindo o decreto 46973 de 16 de março de 2020, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, comunica, por seus canais de relacionamento à comunidade escolar, o fechamento das escolas no dia 24 de março de 2020.

Ao longo dos nossos mais de 63 anos é a primeira vez na nossa história que fechamos os nossos espaços escolares. Essa medida foi tomada para não colocar em risco a saúde dos nossos alunos, professores, funcionários e de todos aqueles que compartilham um pedacinho de suas histórias conosco. O cenário que vivemos com a pandemia ocasionada pela COVID-19 é delicado, mas temos certeza de que com a colaboração de todos, juntos vamos superar esse momento. (Fundação Bradesco)

Diante dessa iniciativa, realizamos um levantamento preliminar através de entrevistas semiestruturadas, por meio do telefone e aplicativo de conversas, com alguns alunos do segundo segmento da educação fundamental e do ensino médio da unidade escolar situada na Rua Had-dock Lobo, número 253, no bairro da Tijuca, no Rio de

Janeiro. A metodologia e O recorte geográfico foram determinados em virtude da dificuldade de deslocamento e da recomendação de afastamento social durante a pandemia de Covid- 19. Com esse levantamento, foi possível a identificação de alguns procedimentos realizados pela Fundação Bradesco e seus impactos durante os meses de abril e maio do ano de 2020. As turmas do segundo segmento da educação fundamental e do ensino médio foram agrupadas em duplas, totalizando 80 alunos nas salas virtuais; frequência normalmente inferior a 50%; o horário se manteve o mesmo do habitual durante a pandemia, tendo início às 7 horas da manhã e terminando às 12:30h em todos os dias da semana.

Ademais, houve redução das disciplinas ministradas – Matemática, Inglês, Ética, Ciências foram suspensas momentaneamente e, atualmente, só haverá aulas de Geografia, História, Espanhol, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa. O portal da educação oferece todos os blocos de exercícios para alunos e professores, bem como a impressão de apostilas para os alunos que não podem ou não conseguem frequentar as aulas *on-line*. A Fundação Bradesco, então, comunicou aos responsáveis e alunos, no dia 14/04/2020, que fez um acordo com as operadoras para os alunos assistirem às aulas e usarem o portal educação com os dados móveis ligados e sem gastarem seus créditos.

Os alunos entrevistados apresentaram como motivos da não participação nas aulas as seguintes questões: nem todos têm acesso à internet; nem todos os computadores ou celulares têm programas e capacidades para a utilização da plataforma. Há, neste sentido, um enorme grupo de estudantes que se encontra desmotivado. Além disso,

uma reclamação se fez uníssona durante as entrevistas com os alunos: a constante pressão da FB para que participem das aulas a qualquer custo, sem que sejam levadas em consideração suas condições materiais e psicológicas durante o período de afastamento social.

O que fica evidente é que existe um pressuposto da Fundação Bradesco de que todos têm acesso a celular, computadores e internet, porque vivenciamos este capitalismo financeiro e globalizado; logo, todos têm acesso a esse tipo de serviço. Todavia, além da frequência de alunos inferior a 50% nas aulas virtuais, ficam evidentes os critérios socioeconômicos declarados pela própria Fundação em seu relatório de atividades 2017, onde a renda per capita atingiu R\$ 574,70 (o salário-mínimo brasileiro foi de R\$ 937,00 em 2017). Já o número de pessoas por família correspondeu a 4,3, superior à média de 3,3 moradores por domicílio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010. Fica latente que uma boa parte dos seus alunos não têm condições materiais e estruturais de participarem da educação remota proposta para este momento, situação evidenciada nos trechos da entrevista realizada com alunos da Fundação Bradesco e expostos abaixo:

A escola também fez um acordo com as operadoras para os alunos assistirem às aulas e usarem o portal educação com os dados móveis ligados sem gastar seus créditos, mas aqui em casa só a minha mãe tem celular. o app tem alguns problemas, de vez em quando não dá para escutar os professores e temos que desinstalar e instalar novamente para dar certo. (aluno A)

Tenho uma irmã pequena e tenho que tomar conta dela. Na minha casa temos apenas 2 cômodos para

7 pessoas, não tenho um espaço nem tempo para estudar, sinto que estou ficando para trás (aluno B)

Portanto, na conjuntura de pandemia, a Fundação Bradesco ignora as diferenças sociais de seu corpo discente e acaba por intensificar os abismos educacionais, negando nosso atraso tecnológico: em torno de 42% das residências nacionais não há computadores. Isso piorou, posto que muitos estudantes de escolas não têm acesso à internet em casa ou mesmo têm apenas um computador/celular, já utilizados por outra pessoa do grupo familiar.

Fundação Bradesco e o atrelamento às diretrizes da coalizão global de educação: um novo velho modelo

No dia 13 de abril de 2020, a Fundação Bradesco realizou um comunicado público em suas páginas digitais, da nova parceria com a *International Business Machines Corporation* (IBM) e a implementação de uma nova plataforma digital. Faz-se necessário lembrar que este é um movimento permanente, que deverá ter implicações e efeitos nos períodos temporais pós-pandemia, tanto para a sua rede de escolas quanto para o seu maior programa de educação a distância. Para uma melhor clareza, precisamos explicar a história e a imbricação dessa plataforma com algumas instituições ao logo do tempo, para que a sua origem seja compreendida, assim como a finalidade e os objetivos. Ressalta-se que este é um movimento permanente para a pós-pandemia e que propõe uma mescla

entre educação presencial e educação a distância, como preveem as diretrizes da coalizão global de educação e, no Brasil, o movimento “Todos pela educação”.

A plataforma *Open P-TECH* foi criada pela IBM, no ano de 2010, como um modelo educacional cuja finalidade era a formação de um trabalhador de novo tipo que teria as pseudo habilidades e competências nas chamadas Ciências Exatas. A iniciativa confirma a tendência mundial das grandes companhias de tecnologia que vêm investindo no ramo da educação. Todos esses modelos têm como foco a educação relacionada à tecnologia e apostas do neoliberalismo para a modernização da educação. Se uma das tendências esperadas do novo trabalhador é que este tenha um mínimo de conhecimento tecnológico para manejar os aplicativos, bem como tenha entranhado a ideologia do “microempresário”, o resultado é a naturalização da ausência de local de trabalho, para que essas ideias sejam hegemônicas na sociedade.

Entre os anos de 2012 a 2017, o modelo expande-se, ultrapassa as fronteiras dos Estados Unidos e passa a ser aplicado em 200 escolas através de parcerias público-privadas, atingindo 100.000 alunos em 18 países, como declara a IBM. Além da formação em 5 anos de escolarização para o ensino médio, ao superior é acrescentado mais 1 ano de estágio profissional, totalizando 6 anos de programa. Depois que os alunos concluem os cursos no *OpenP-TECH*, eles podem ganhar os chamados *badges digitais*, certificados reconhecidos pela indústria, que podem ser inseridos no currículo e ajudam no processo de candidatura a um emprego.

No ano de 2017, com a promulgação da reforma do ensino médio, Lei nº 13.415/2017, e em 2018, com

a norma técnica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) criam-se as condições perfeitas para a introdução dos novos mecanismos que visavam conformar um novo trabalhador. Projetos estão pautados em princípios similares, já que preconizam a flexibilização do ensino. No Brasil, a primeira experiência ocorre com o Centro Paula Souza (CPS), autarquia do governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. O CPS administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas estaduais (Etecs), atendendo mais de 208 mil alunos nas Escolas Técnicas e de 83 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica.

No ano de 2019, a IBM comunica uma nova parceria com três APHs do capital. Dois desses são vinculados ao setor educacional religioso confessional e outro vinculado ao financiamento e propagação de valores e ideais liberais no Hemisfério Sul. No dia 20 de setembro de 2019, a IBM formaliza essa associação. A “Federação Internacional de Fé e Alegria” é uma associação educacional confessional, com fins lucrativos, presente em mais de 22 países da América Latina, Europa e África, em cerca de 4.000 centros educativos e mais de 1,5 milhões de alunos. A “Associação de Universidades Confiadas à Sociedade de Jesus na América Latina” (AUSJAL) compreende as trinta e três universidades jesuítas da América Latina. Já a *Magis Americas* tem como objetivos declarados arrecadar recursos nos EUA para difundir os ideais e princípios do liberalismo, da democracia, e promover, apoiar e acompanhar os parceiros jesuítas no Sul, especialmente na América Latina e no Caribe.

Dito o caminho percorrido e as imbricações do modelo educacional da IBM, adotado pela Fundação Bradesco, foi traçada a correlação histórica umbilical, tanto com a educação a distância, em seus primórdios em terras brasileiras, quanto com a campanha pela aprovação da legislação educacional brasileira que lhe permitisse aprofundar seus tentáculos na formação do trabalhador de novo tipo. Parece que o modelo de escolas *P-TECH* fez com que se tirasse da gaveta um projeto que há muito tempo fazia parte das aspirações da Fundação Bradesco, como legítima representante das empresas privadas de educação. Esse movimento coaduna com as diretrizes do TPE para a EAD, pois aponta para a mescla da educação a distância e aulas presenciais nos anos vindouros. Além disso, as confirma como novas tendências do capitalismo informacional, e, conseqüentemente, as novas demandas do mundo do trabalho simples, tomando o caminho mais eficiente aos interesses do capital para cooptar a classe paupérrima da sociedade a acreditar na eficiência da transferência de responsabilidades sociais.

Bibliografia:

CEPAL. UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/UNESCO, 1995.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. Declaração Mundial de Educação para Todos. **Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Brasília, DF: UNIFEC, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. p. 394.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

A FUNDAÇÃO LEMANN: UMA ANÁLISE SOBRE SUA ATUAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19

Pedro Henrique Dias Siqueira¹

Este capítulo dá continuidade a série de trabalhos que buscam identificar ações, movimentos e estratégias da classe dominante, mais especificamente os tentáculos envolvidos com o direcionamento da educação durante a pandemia do Corona Vírus, que chegou ao Brasil no começo de 2020. O presente trabalho resulta de pesquisa sobre a Fundação Lemann (FL) que se apresenta como uma organização familiar e sem fins lucrativos que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país. A FL é pontual em afirmar, logo após sua auto apresentação, que não vende nenhum produto educacional. Além disso, não está associada a nenhuma organização privada e não apoia nenhum partido político, coligação ou campanha eleitoral.

1 Formado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mes-
trando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contempo-
râneos e Demandas Populares (PPGEduc) e pesquisador do grupo de pesquisa
Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

A FL integra o movimento Todos pela Educação (TPE) que, nas palavras de Lamosa (2017), pode ser compreendido enquanto exemplo exitoso de atuação empresarial na educação. Segala (2018) vai em direção similar descrevendo o movimento como uma junção de empresários brasileiros que buscam atuar na Educação Básica brasileira, oferecendo soluções “eficazes” baseadas em referenciais e modelos de gestão da empresas privadas. O movimento busca uma educação que atenda aos anseios do capital e difunda uma sociabilidade fundamentada no mercado (MARTINS, 2009 e 2013; GARCIA e CAMPOS, 2011; RABELI, SEGUNDO e JIMENEZ, 2009).

A FL afirma não estar associada a nenhuma organização privada e nem vender produtos educacionais. Entretanto, ações e empreendimentos de Jorge Paulo Lemann, fundador e presidente da FL, sugerem justamente o contrário. A filiação da FL ao movimento TPE revela níveis notáveis de contradição entre as reais ações da fundação e o slogan altruísta usado para se apresentar. É possível perceber essa contradição ao identificar diversos interesses econômicos e ideológicos produzidos pelas organizações da classe dominante que penetram a educação básica brasileira e estão por trás da aura “cidadã” apresentada para a opinião pública. Visando vender produtos e soluções oferecidas por empresas do ramo educacional e administrativo que pertencem a mesma fração da classe dominante que integram o TPE, essas empresas movimentam-se, na educação pública e privada, por meio da venda de serviços dos seus “parceiros” para as secretarias de educação estaduais e municipais, drenando cada vez mais recursos públicos da área educacional.

A FL vem produzindo nos últimos anos um amplo conjunto de investimentos na educação Brasileira. Além da or-

ganização das redes de parceria, a partir do TPE, a fundação mantém o investimento na educação privada por meio do grupo educacional ELEVA. A fundação atua, portanto, em dois movimentos: na venda da mercadoria-educação e na incorporação de todo processo pedagógico à lógica do capital.

O grupo educacional ELEVA foi fundado, em 2013, a partir da fusão de duas grandes redes de escolas já consolidadas, sobretudo pelo marketing em cima de seus números de aprovação nos concursos de vestibular e militar. Essa fusão contou com o amparo do fundo de investimento Gera Venture e, desde então, os negócios ampliaram profundamente. O ELEVA está organizado a partir de uma rede de escolas que possui mais de 80mil matrículas em 130 escolas próprias espalhadas por 11 estados brasileiros e Distrito Federal, sem falar dos 150mil alunos que usam o material didático produzido pelo grupo. É através desse fundo de investimento que se traça a ligação entre a FL, organização sem fins lucrativos, com uma das maiores marcas do mercado educacional brasileiro. Segundo site da Gera Ventura, uma empresa de gestão de ativos cujo objetivo é gerar retornos atraentes para seus investidores, seu conselho é composto por cinco nomes do mercado financeiro e o mais expressivo é o próprio Jorge Paulo Lemann.

Ações dirigidas ao modelamento da educação brasileira por parte da classe burguesa dominante não são nenhuma novidade para os pesquisadores da educação que se debruçam sobre essa temática. As ações do sujeito burguês e sua fundação, Lemann, também não. Já estão sendo estudadas, pois não são fenômenos, atuações e ações inéditas, visto que as novidades geradas pela Pandemia do COVID-19 de 2020 fazem expandir oportunidades para os grandes mercadores da educação brasileira que já estavam em curso. A crise tem

sido aproveitada pelos dominantes na atualidade como um catalizador, aumentando a velocidade das ações em curso. O que se deve encarar como “novo” é o nível de profundidade dessa implementação que tem na atual pandemia um álibi. Talvez o maior exemplo de projeto burguês que se pode destacar neste contexto é o que diz respeito ao avanço da implementação da Educação à Distância (EaD), já que o novo vírus forçou a paralisação das aulas presenciais no Brasil e no mundo.

Desse modo, criou-se uma tendência que vem ganhando força e um mercado, novo, mas nem tão novo assim, onde se ampliam as possibilidades de lucro. Soares (2020, p.6) aponta que “a pandemia, longe de enterrar o neoliberalismo, acelera seu entranhamento, reforça a política que já vinha em curso mais lentamente. Utilizam-se da retórica da enorme crise que está por vir para anunciar suas medidas”. A autora (op.cit.) também acrescenta que a “educação não escapa desse processo de precarização e a pandemia vem apontando para o aprofundamento de duas tendências do projeto neoliberal brasileiro: a ampliação da educação a distância e a militarização das escolas”.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos governadores e prefeitos, diante da morosidade criminosa do governo federal na tentativa de contenção do vírus, foi o fechamento das escolas, somando ao panorama a incerteza de datas e de prazos dos decretos. A continuidade dos estudos, mesmo em tempos pandêmicos, é a bandeira defendida pelos organismos internacionais (Banco Mundial, BID e UNESCO) e assimilada internamente tanto pelos intelectuais orgânicos do TPE, que têm forte presença no Conselho Nacional de Educação, quanto por, até mesmo, parte do movimento estudantil acadêmico. Sendo assim, saem da gaveta projetos,

que ainda de acordo com Soares (2020), há muito tempo faziam parte das aspirações dos governos e das empresas privadas de educação: a Educação à Distância (EAD).

Do dia para a noite essa modalidade que, até então, ocupava um lugar complementar na Educação Básica, vem tornando-se a solução pragmática para o momento da crise pandêmica. Vale afirmar que o MEC autorizou em 18/03/2020 a adoção, emergencialmente, da modalidade EAD para cursos presenciais. Tal decreto simboliza o rompimento da porteira para as ações da classe dominante. Nesse sentido, enquadrado o objeto de pesquisa e considerando os estudos explicitados, questiona-se: De que forma a Fundação Lemman está atuando durante a pandemia e quais são algumas de suas ações?

Como metodologia de análise, com intuito de responder a essa pergunta, foi realizado o levantamento de fontes primárias do site e, sobretudo, da rede social Facebook da própria Fundação Lemann, onde a organização com a finalidade do marketing, vem expondo seus passos e atuações em tempos pandêmicos. Para encorpar essa pesquisa de análise qualitativa e caráter explicativo, somam-se ao trabalho de investigação o levantamento bibliográfico, a partir do qual vem se dialogando com contribuições de outros trabalhos de pesquisa acerca do tema.

O primeiro decreto de lockdown entrou em vigor no dia 05/05/2020 no estado do Maranhão. Entretanto, em 16/03/2020, a Secretaria de Educação de São Paulo, estado com maior número de casos e primeiro foco da doença no Brasil, já havia suspenso as aulas presenciais. Dessa forma, considera-se esta última data como marco inicial do mapeamento de parte das ações da FL em meio à pandemia.

A primeira postagem da Fundação, envolvendo a temática “Covid-19 e pandemia”, foi veiculada no Facebook no dia 17/03/2020, um dia após a suspensão das aulas pela secretaria de São Paulo. No texto desta publicação, a organização, além de fazer questão de expressar sua preocupação “altruísta” com a qualidade e equidade da educação pública, afirma estar em contato com as secretarias municipais e estaduais de educação, colocando-se à disposição para contribuir neste momento de aulas suspensas, dizendo: “Queremos garantir que os alunos tenham asseguradas as condições para seguirem aprendendo, ainda que remotamente.”

A fundação reconhece e faz questão de expressar sua preocupação com aqueles “em situação mais vulnerável.” Nas palavras de Fiera, Evangelista e Flores (2020), trata-se, pois, de construir na opinião pública o consenso forjado em torno do “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis” sobre a necessidade do “ensino remoto” nas redes públicas de Educação Básica. Estamos frente a uma gigantesca chantagem aos professores sob o argumento de que para os “vulneráveis” a escolarização é a única alternativa de superação das desigualdades econômica, social, cultural, urbana, rural.

O compromisso de “mitigação” das heterogêneas condições de acesso à aprendizagem dos estudantes da rede pública caberia ao Estado, que segundo o mantra preallino dá década de 1990, sozinho não dá conta, tendo que recorrer a parcerias com aqueles que desenvolvem e difundem “soluções educacionais” baseadas na Educação à Distância para ‘supostamente’ garantir conectividade. Com isso, as empresas do “ramo educacional”, nacionais e estrangeiras, aproveitam essa “janela de oportunidades” aberta pelo massacre à classe trabalhadora, sob o contorno de louvável

preocupação com a aprendizagem, e potencializam a venda de seus produtos.

Ao fim dessa primeira postagem realizada pela FL encontra-se um link que nos leva a uma “nota completa”, dentro do site da fundação, que diz respeito, de forma mais ampla e efetiva, ao posicionamento da organização em relação à pandemia. Tal nota foi atualizada em 22/05/2020. No lugar dela, foi exposto um panorama geral das principais iniciativas que a FL está realizando e/ou apoiando. Segundo as informações de seu próprio site, eles seguem articulando com integrantes de diversos setores para viabilizar soluções em larga escala, além de colaborar com suas redes de talentos e oferecendo suporte aos seus parceiros em programas e projetos por todo o território nacional.

As “Ferramentas de Auxílio no Ensino a Distância”, desenvolvidas ou apoiadas pela organização, têm o intuito de viabilizar o “ensino remoto” e, quando as secretarias de educação firmam parcerias e aderem à utilização dessas “ferramentas”, estão se concretizando mais alguns anseios do capital, fomentando o direcionamento de verba da educação pública para instituições privadas, direta ou indiretamente. As parcerias com operadoras de banda larga e serviços de móveis têm que ser salientadas como exemplo de outros segmentos do capital que, embora não atuem propriamente no campo educacional, saem ganhando com as novidades.

Destacam-se seis “ferramentas” que podem ser consideradas atuações da Fundação: Aprendendo Sempre; AprenderZAP; Youtube Edu; Simplifica; Centro de Mídias da Educação de São Paulo; Vamos Aprender (ver anexo I). Vale ressaltar que, em algumas dessas, são notadas parcerias diretas com outras organizações que compõem o TPE, também extremamente interessadas na expansão da EaD para lucro

de seus parceiros: emissoras de televisão e telefonia, organizações comunitárias, setor privado de tecnologia, emissoras de rádio, consultores com seus pacotes de aprendizagem digitais ou impressos.

Estas iniciativas produzidas ou apoiadas pela FB tem sido financiadas por alguns fundos de apoio e campanhas como: “O Apoio ao ensino remoto com Imaginable Futures”; o “Fundo de apoio à Aprendizagem”; e o “Corona no Paredão, Fome Aqui Não”. Destacando o primeiro, este oferece apoio técnico para redes municipais e estaduais no planejamento, estruturação e viabilização de ensino remoto com o uso de tecnologias educacionais. A iniciativa é realizada com a Imaginable Futures e conta com a parceria Sincroniza Educação. Sendo essa apenas algumas de muitas outras ações, voltadas para EaD, que estão sendo arquitetadas por frações da classe dominante brasileira em conformidade com frações da classe dominante mundial, tendo como objetivo maior a extração cada vez mais volumosa da mais valia de cada força de trabalho existente.

A fundação já está presente em mais de cinquenta secretarias e o nível dessa presença varia entre estas, pois vão desde simples disponibilidade de pessoal para palestras até implementação de novas práticas na gestão de pessoas, o que acontece em oito dessas secretarias. É certo que a FL já estava com seus tentáculos estendidos por diversas secretaria. Entretanto, é inegável que a pandemia funciona com um catalizador para aceleração da implementação de uma espécie ultraprecária de EaD, denominada como “ensino remoto”, e outros projetos do capital como a difusão do ethos educacional neoliberal e neotecnista, alavancando o lucro de seus parceiros e antecipando o “pós pandemia” com suas propostas de um ensino “híbrido”.

Bibliografia:

FIERA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. 1ª ed. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, v. I, p. 21-27.

GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos Pela Educação. In: BALL, S, J. MAINARDES, J. (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

LAMOSA, Rodrigo. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação? - **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017. Disponível em: <http://bit.do/fjLMY>. Acesso em 22 de set de 2019.

MARTINS. A. **A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, Ponta Grossa v. 4, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2009.

MARTINS. E. M. **Movimento Todos Pela Educação: um projeto de nação para a educação brasileira**. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação - Campinas, 2013.

RABELO, J. J; SEGUNDO, M. das D. M; JIMENEZ, S. Educação para Todos e a reprodução do capital. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói-RJ, v.7, n. 9, p. 1-24, (mês). 2009.

SÉGALA, K. F. **A Atuação do Movimento “Todos pela Educação” na Educação Básica Brasileira**: do empresariamento ao controle ideológico. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - Minas Gerais.

SOARES, S.B.V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. 1ª ed. Brasil: Terra Sem Amos, 2020, v. I, p. 5-14.

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA E SUAS AÇÕES EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Bárbara Evangelista¹

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) se caracteriza por ser um complexo organismo composto por entidades que objetivam a formação de mão de obra industrial.

A CNI, cujos intelectuais orgânicos têm como principal responsabilidade a função organizativa, atua de maneira que seus interesses penetrem não apenas na sociedade civil, mas também se insiram no interior das agências da sociedade política na intenção de obter a direção das políticas públicas que lhe interessam.

No cenário das implicações da pandemia causada pelo Sars-Cov-2, como o distanciamento social, a diminuição dos empregos formais e a aplicação de atividades remotas, a CNI inaugurou diversas medidas alternativas que reforçam

1 Formada em Pedagogia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e pesquisadora do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

sua estratégia de formação de mão de obra simples, reforçando de maneira significativa a normalização do trabalho precarizado. Através de propostas de medidas nas áreas de tributação, política monetária, financiamento, normas regulatórias e legislação trabalhista, a Confederação atua sob pressupostos do enfrentamento e a atenuação dos efeitos da crise econômica decorrente da pandemia da covid-19, provocada pelo novo coronavírus.

A CNI foi criada no ano de 1938, a partir da fusão de várias entidades que representavam os sindicatos patronais do país. Ela é responsável pela organização do setor industrial brasileiro e coordena um sistema formado por 27 federações de indústria dos estados e do Distrito Federal e as filiações dos sindicatos patronais. A partir da década de 40, a CNI se empenha na formação de mão de obra para a indústria brasileira. Esta é a instituição que administra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado no ano de 1942, o Serviço Social da Indústria (SESI), surgido em 1946, e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), organizado em 1969. Assim, afirma Rodrigues (1997), a burguesia industrial passa a dar atenção “molecular” nos departamentos educacionais das instituições de formação brasileiras se tornando ferramenta estratégica na conformação de novos padrões de convivência e reprodução do trabalho que se apresentam durante o atual período.

A CNI tem participado de seis iniciativas internacionais que reúnem ações do setor privado brasileiro com vistas ao combate à crise econômica e social do coronavírus. As ações são desenvolvidas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Business at OECD, mecanismo Empresarial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Câmara de Comércio Interna-

cional (ICC, na sigla em inglês); Coalizão Empresarial Global (GBC na sigla em inglês), Fórum Econômico Mundial e B20, braço empresarial do G20.

“Nossa participação nesses fóruns é para que o setor empresarial possa conhecer às melhores propostas em financiamento, comércio internacional, além daquelas propostas referentes à saúde pública, com orientações para o enfrentamento da crise. A maneira como se dará a saída desta crise tem dimensão global e para isso precisamos dessa cooperação internacional”, explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.” (site da CNI)²

Além das propostas em conjunto com organismos internacionais, a CNI apresentou 37 propostas ao governo brasileiro com objetivo de atenuar a crise decorrente do coronavírus. No documento intitulado “Propostas da Indústria para atenuar os efeitos da crise” a Instituição expressa preocupação com o “futuro da Indústria” e faz sugestões onde afirma que a “Indústria brasileira defende medidas que deem condições para que as empresas resistam ao período de redução da atividade econômica do país, a fim de preservar empregos” (Site da CNI).³

Tais propostas foram reunidas no documento depois de terem sido elaboradas em parceria com as federações estaduais das indústrias e com o Fórum Nacional da Indústria (FNI) e encaminhadas ao presidente da República, Jair Bolsonaro; ao ministro da Economia, Paulo Guedes; ao ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho; ao

2 Disponível em <http://bit.do/ffFUd> Acesso em 11/mai 2020.

3 Disponível em <http://bit.do/ffFT9>. Acesso em 11/mai 2020.

presidente do Senado, Davi Alcolumbre; ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; e a líderes de partidos e blocos partidários.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, defende que os recursos públicos devem ser direcionados para o apoio às empresas privadas em situação de emergência. “O uso de recursos públicos, escassos devido à situação fiscal, deve ser direcionado ao fortalecimento do sistema de saúde e ao alívio da situação financeira das empresas, para que se assegure a preservação dos empregos”, defende Robson Andrade. Ainda segundo o presidente da CNI, as medidas devem focar nas empresas industriais e de serviços, e não em aumentar a demanda.

Entre as medidas, estão a facilitação, por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, empréstimos com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos seis meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias. Também é proposta a intensificação do uso das linhas de crédito do BNDES Finame Materiais (para insumos industriais) e BNDES Crédito Pequenas Empresas, com maior divulgação das linhas de crédito e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros.

Constam também entre as propostas o adiamento, por 90 dias do pagamento de todos os tributos federais, incluindo contribuições previdenciárias para reduzir a exigência de capital de giro por parte das empresas em um momento de retração das vendas; redução temporária das tarifas de energia elétrica, por meio de encargos setoriais e da utilização de bandeiras tarifárias; e redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e à vista.

Adequações na legislação trabalhista também foram propostas. Nessa área, as propostas - segundo a Confederação - têm como principal objetivo “dar segurança para que as empresas tenham a flexibilidade necessária para se adequarem às restrições à circulação de pessoas, o que traz impacto às rotinas produtivas.” Para que isso ocorra, entretanto, dentre as medidas apresentadas, estão redução de exigências para a adoção do teletrabalho, a ampliação do tempo para compensação de banco de horas e permissão expressa para alteração de horários de trabalho.

Em relação à educação, iniciativas vem sendo tomadas no sentido de atividades remotas e plataformas digitais. O SESI de São Paulo, por exemplo, desenvolveu plataforma digital própria para volta às aulas. As aulas foram retomadas no dia 11 de maio, de forma não presencial, por meio da plataforma Conexão Digital, em toda a rede do SESI do estado. Nessa modalidade, a presença dos responsáveis pelos alunos é requisitada como intermediadores como substituição ou apoio ao docente. No dia anterior à retomada das atividades, a plataforma fez uma transmissão direcionada a esses responsáveis com orientações e direcionamentos.

O SESI e SENAI também desenvolvem iniciativas em diversas regiões do país. As duas instituições promoveram ações filantrópicas de auxílio a pessoas e empresas durante a crise. Uma delas é uma Plataforma online que oferta cursos, serviços e consultorias de forma 100% remota. Além disto, no âmbito nacional o SENAI oferece cursos online para trabalhadores com contratos suspensos com o objetivo de atualização profissional. Esses cursos podem ser buscados tanto pelo trabalhador quanto pela empresa como alternativa compensatória a suspensão de contratos prevista na MP 936.

As empresas podem optar por contratar os cursos na plataforma do Mundo SENAI, na qual o empresário cadastra a empresa, escolhe as formações e indica os funcionários. O fechamento de contratos com empresas vai gerar um voucher que será utilizado pelo trabalhador para se inscrever. Desta maneira, percebemos que as iniciativas reafirmam a teoria do capital humano e a educação é utilizada como moeda de troca para tentar transformar o trabalhador naquilo que a indústria demanda.

A CNI tem buscado parcerias com o Governo Federal e Instituições Internacionais que financiem suas propostas que auxiliam no chamado “ novo normal”. Estando em evidência com propostas e novas tecnologias para o momento pós-pandemia, a CNI se mantém em evidência e detém a formação e indicação do novo trabalhador, através da mão de obra industrial.

Referências:

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNI. Disponível em: <http://bit.do/fjLM7>. Acesso em 11/mai 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNI. Disponível em: <http://bit.do/fjLM9>. Acesso em 11/mai 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNI. Disponível em: <http://bit.do/fjLNe>. Acesso em 11/mai 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNI. Disponível em: <http://bit.do/fjLNh>. Acesso em 11/mai 2020.

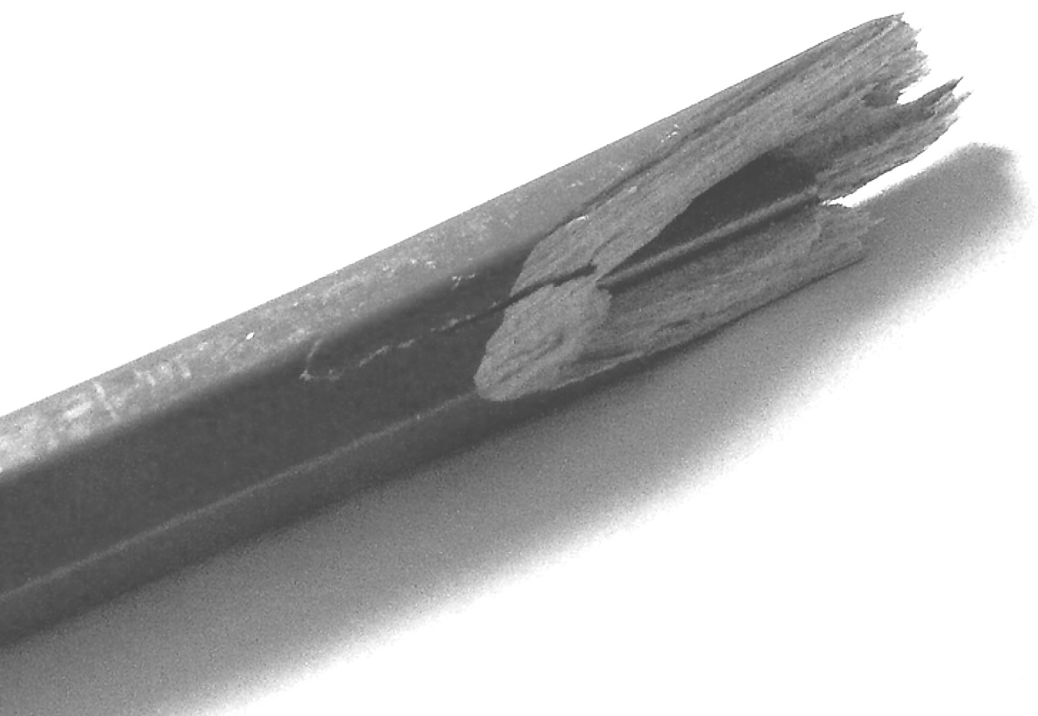
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CNI. Disponível em: <http://bit.do/fjLNm>. Acesso em 11/mai 2020.

DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: <http://bit.do/fjLNn>. Acesso em mai/2020.

PORTAL CONEXÃO DIGITAL (Live para famílias). Disponível em: <http://bit.do/fjLNq>. Acesso em 11/mai de 2020.

Plataforma Mundo SENAI. Disponível em: <http://bit.do/fjLNt>. Acesso em Mai/2020.

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA ATENUAR EFEITOS DA CRISE. Disponível em: <http://bit.do/fjLNx>. Acesso em 11/mai de 2020. Brasília, 2020



O SEBRAE E O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Ramon Mendes da Costa Magalhães¹

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Nacional (SEBRAE) vem, desde o final do século passado, atuando no desenvolvimento de ações ligadas às micro e pequenas empresas em todo o país, bem como na formação de empreendedores. Essas ações de formação de empreendedores alcançam a Educação Básica, cursos técnicos e de capacitação profissional, além do Ensino Superior.

No atual contexto produtivo e social, o Sebrae atua para preparar os indivíduos a encarar os desafios e incertezas do mercado de trabalho, assim como da informalidade e do desemprego crescente. O discurso que se propaga é que a cultura ou espírito ou as competências empreendedoras teriam a capacidade de promover o desenvolvimento econô-

1 Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutorando em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

mico e social dos indivíduos numa sociedade em constante mudança e com o aumento da flexibilidade dos processos produtivos e de trabalho.

Tendo isso em vista, o Sebrae, em tempos de Pandemia do COVID-19, desenvolve dois principais eixos de ações: apoio às micro e pequenas empresas², oferecendo consultorias e dicas para controle de finanças, cursos de capacitação, como realizar negócios através de Home Office, entre diversas outras ações para manutenção das atividades econômicas, que podem ser consultadas em sua página on-line; no outro eixo, desenvolvem ações para fortalecimento da cultura empreendedora para enfrentamento da crise através da educação empreendedora.

Nosso estudo objetiva analisar e explicitar as ações para fortalecimento da cultura empreendedora através da educação empreendedora durante a crise sócio-política-econômica exacerbada pela Pandemia do COVID-19.

O site do Sebrae nacional tem uma janela exclusiva para abordar as questões da educação empreendedora³. Nela ele organiza conteúdos, cursos, ferramentas e etc., para desenvolver o empreendedorismo junto a alunos, professores, gestores e outras pessoas que atuam na educação formal. Segundo o Sebrae (2020):

Empreender é um despertar individual e coletivo para o empoderamento, para a adoção de comportamentos e atitudes que possibilitam que as pessoas sejam protagonistas de suas próprias vidas, resolvam problemas de forma criativa e

2 Não discutiremos essas ações neste estudo.

3 Os conteúdos analisados no site do Sebrae foram realizadas com os conteúdos disponibilizados até a data de 15/06/2020

inovadora e que impactem positivamente na realidade à sua volta (s.n.)⁴.

Constatamos na afirmação do Sebrae que o empreendedorismo teria o “poder” de tornar os indivíduos “senhores” do seu próprio sucesso em sua vida social e produtiva, transformando a sua realidade cotidiana. Ressaltamos que ao propagar esse discurso, o Sebrae objetiva capturar a subjetividade dos indivíduos, de modo que eles assumam para si a responsabilidade por suas condições materiais de existência e desresponsabilize o Estado de fornecer vários direitos sociais. Ao fazer isso desconsideram que as condições materiais de existência dos indivíduos são determinadas pelo modo de produção capitalista, sobre o qual se estabelece a ordem social burguesa.

Logo abaixo, nessa janela, eles apresentam conceitualmente a educação empreendedora, assim como seu propósito de despertar o empreendedorismo nos indivíduos. Para isso utilizam-se de duas estratégias principais: desenvolvimento de competências duráveis e possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho. A educação empreendedora iria além da abertura de um negócio, “trata-se do desenvolvimento de uma cultura em que a pessoa se sinta sensibilizada, preparada e empoderada para o alcance de seus objetivos de vida⁵”. Percebemos que há o interesse na divulgação de um novo modo de se viver e produzir na sociedade, criando um novo tipo de trabalhador, subjetivado e adequado às demandas da sociabilidade burguesa. A ideologia que se propaga tem, na essência, o individualismo como valor moral radical, propagando a noção de liberdade

⁴ <http://bit.do/ffFT7>

⁵ <http://bit.do/ffFT2>

e autonomia individual frente a toda e qualquer situação limitadora (MARTINS, 2009).

Para dar força a essa ideologia, o Sebrae expõe sua experiência na educação empreendedora através de seu Programa Nacional de Educação Empreendedora criado em 2013, que alcança todos os níveis de formação (Educação Básica, Profissional e Educação Superior) incluindo conteúdos de empreendedorismo nos seus currículos, através de parcerias com instituições públicas e privadas, e com o apoio do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Todos pela Educação (TPE), o Brasil Júnior e a Junior Achievement.

O projeto do Sebrae para a Educação Empreendedora, ao estabelecer parcerias com os entes federativos, organizações empresariais e internacionais para a disseminação da cultura empreendedora, atinge milhões de indivíduos brasileiros. Torna-se, assim, um importante aparelho privado de hegemonia da classe dominante, que difunde a cultura empreendedora, uma estratégia de subjetivação e objetivação da formação de um novo tipo de trabalhador, concernente com a ideologia da classe dominante para manutenção da hegemonia burguesa dentro das relações de poder decorrentes das lutas de classe.

Outra estratégia utilizada durante a pandemia são os cursos de EAD, tanto para alunos (Para Aprender) quanto para professores (Para Ensinar) totalizando 32 cursos de curta duração, com cargas horárias variadas. Os cursos para ensinar, são voltados para profissionais que trabalham em todos os níveis de ensino, totalizando 23 cursos. Já os para aprender são para qualquer pessoa, totalizando 5 cursos. Há também 4 cursos que visam a criação de negócios intitulado

“Trilha de Aprendizagem”. Esses cursos têm a intencionalidade de alcançar um maior número de alunos, professores e trabalhadores para a difusão da cultura empreendedora, bem como os próprios alunos, professores e população em geral para que sejam disseminadores dessa cultura em suas salas de aulas e na sociedade como um todo. Tal ação favoreceria a reprodução ampliada da ideologia burguesa intrínseca ao empreendedorismo. Além disso, objetiva o desenvolvimento de competências e comportamentos necessários à via produtiva e social, conformando-os à ordem burguesa.

Em tempos de pandemia e isolamento social, esses cursos desempenham uma importante função de propagar o discurso de que há maneiras empreendedoras e inovadoras para enfrentar os desafios que a pandemia impõe, e que cada indivíduo pode superar e alcançar resultados positivos, desde que adotem comportamentos, assumam riscos e adotem estratégias para a ação empreendedora.

Outra ação do Sebrae⁶ envolve a indicação de jogos, filmes, livros, séries e sites que envolvam situações que exigem comportamentos e competências empreendedoras, para ajudar a passar o tempo durante o isolamento social. Essa estratégia tem como objetivo sensibilizar e capturar a subjetividade dos indivíduos para adotarem a cultura empreendedora. Nessa ação, o que mais nos chamou a atenção foi a disponibilização de um e-book sobre a Reforma do Ensino Médio e como ela pode impactar na educação empreendedora, bem como a disponibilização de outro e-book sobre internet e aprendizagem.

Esses 2 e-books tem uma intencionalidade de conformar os professores às novas necessidades do capital para a edu-

⁶ <http://bit.do/jfFTW>

cação, que envolve a formação para o empreendedorismo e o ensino a distância. A formação para o empreendedorismo, como já pontuamos, objetiva conformar os professores de que é preciso formar os indivíduos a novas necessidades produtivas e sociais demandadas pela sociedade. Já o ensino a distância aparece como uma adaptação necessária para se adequar as mudanças tecnológicas e sociais, além de expandir o mercado da educação ao empresariado e negar o conhecimento produzido historicamente pela humanidade à classe trabalhadora, bem como aumentar a exploração e precarização do trabalho docente.

A última ação da página, envolve a apresentação do Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER)⁷. Esse site disponibiliza e apresenta todas as ações para se pensar a Educação Empreendedora do Sebrae. Durante a pandemia ele expõe uma janela⁸ que vai tratar especificamente da Pandemia do COVID-19, na qual seleciona diversos conteúdos sobre o empreendedorismo e o enfrentamento da crise no âmbito da educação. São apresentados artigos (21 total)⁹ que envolvem: O que é a cultura empreendedora; questões ligadas à saúde mental dos professores; estratégias para estudar em casa; quais competências os estudos em casa podem desenvolver; aplicativos e sites para acelerar o aprendizado; conhecer ferramentas para aulas por Webinar e Lives; gestão de crises nas escolas; Experiências de alunos e professores com aulas on-line no Ensino Superior; Relato de escolas sobre as aulas on-line na Pandemia; dicas de como escolher a melhor plataforma para EAD; dicas de como criar videoaula; como os estudantes podem colabo-

7 <http://bit.do/ffFTT>

8 <http://bit.do/ffFTQ>

9 Não foi intenção do estudo, analisar a totalidade dos conteúdos dos artigos.

rar com seu potencial criativo na pandemia; dicas para aulas on-line; o novo papel do professor no século XXI; ensino de empreendedorismo por meio de parceria escola-empresa; entrevista sobre empreendedorismo e inovação por meio da tecnologia em favor da educação; dicas para escolher um curso EAD; como usar a inteligência artificial no Ensino Superior; estratégias para estudar por smartphone e tablete; o que é e como acelerar o aprendizado com “microlearning”; dicas de como ter o apoio da família no ensino à distância; o uso do aplicativo “TIKTOK” na educação; uso de jogos e tecnologia para a educação.

Todos esses artigos tem a intenção de fortalecer o discurso da necessidade do ensino a distância na educação em tempos de Pandemia do COVID-19, instrumentalizando professores e alunos sobre formas de se aprender e ensinar a distância, e de como “solucionar” os problemas apresentados pela crise. O discurso utilizado usa uma linguagem sedutora e inovadora para capturar a subjetividade de pais, alunos e professores sobre a “possibilidade real” da concretização de um ensino a distância neste momento. No entanto, tal discurso nega as condições concretas que a crise conjuntural causada pela pandemia explicita, condições essas que tem sua base material sustentada na exploração da classe trabalhadora e na dominação de classe.

Além disso, não são colocados em discussão os problemas reais dos sistemas educacionais públicos e muitos menos as condições materiais da classe trabalhadora, que tem sido agravada pela crise em curso, e nem a discussão sobre a realidade concreta dos professores, pais e alunos para ministrarem e terem aulas a distância.

O Sebrae ainda traz uma janela especificando a relação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a educação

empreendedora. Ele reforça o papel do empreendedorismo como um dos eixos estruturantes da base, ao relacioná-lo com outros conhecimentos e competências. Estas dialogariam diretamente com o conceito de educação empreendedora, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes para se alcançar os objetivos de vida. Ele então apresenta um vídeo, no qual o Sebrae apoia a implementação da BNCC nas escolas.

Com essa ação, o Sebrae demonstra o desejo explícito de implementar o ensino do empreendedorismo a todas as escolas do país via implementação da BNCC, ampliando a sua área de influência, bem como reforça o discurso da necessidade de uma BNCC para educação nacional pautada em competências, corroborando com o movimento em prol da base orquestrado pela empresariado nacional.

Por último, o Sebrae oferece em outra janela¹⁰ intitulada “Ferramentas para acesso ao download” na qual disponibiliza uma série de conteúdos objetivos para conhecer e aprender sobre a Educação Empreendedora, cultura empreendedora e empreendedorismo. Inicialmente ele traz uma série de Webinars¹¹, que tratam sobre educação, educação empreendedora, empreendedorismo, aulas on-line, ensino a distância, Educação Híbrida, Educação 4.0, saúde mental, entre outras. Apresenta, também, um link para acesso a jogos para ocupar o tempo de pandemia, como já mencionado. Traz ainda um “Quis” de profissões do futuro, para descoberta da área que mais combina com as pessoas. Logo abaixo, o Sebrae apresenta 2 cartilhas: uma relacionada ao enfrentamento da crise para os gestores escolares e a outra sobre ferramentas

¹⁰ <http://bit.do/ffFTK>.

¹¹ Não é nosso intuito analisar no momento o conteúdo específico dessas Webinars.

on-line para professores. Ambas têm a intenção de ajudar os profissionais a enfrentar o momento de crise trazendo estratégias e ações para sua atuação.

Posteriormente apresenta um mapa da Educação Empreendedora no qual lista as instituições brasileiras de educação empreendedora nos estados. Sugere, também, um guia - “Guia essencial para empreendedores” que trata do empreendedorismo em sala de aula, para professores e alunos. Indica, ainda, um site de uma Startup que divulga e organiza eventos de negócios. E finaliza apresentando uma série de estudos sobre empreendedorismo na Educação Superior, sobre o aprimoramento das competências empreendedoras e sobre o Movimento Maker¹².

A respeito dessas ferramentas e conteúdos disponibilizados pelo Sebrae, percebemos a intenção de se utilizar de diversas formas de comunicação para sensibilizar os indivíduos sobre a importância de se desenvolver a cultura empreendedora em todos os níveis de educação e alcançar o maior número de pessoas e profissionais de educação conformando a sua proposta ideológica de formação de indivíduos empreendedores para uma construção do seu próprio projeto de vida e de negócio, corroborando com a conformação da classe trabalhadora às determinações da ordem burguesa.

Concluimos, portanto, que existe a intenção de criar na mente dos sujeitos uma falsa percepção de possibilidade de transformação de sua realidade a partir da cultura empreendedora, uma percepção de que os sujeitos empreendedores seriam responsáveis por seu sucesso ou fracasso, e que eles teriam a liberdade de escolher o que fazer para melhorar sua posição social e condição material na sociedade. Esse projeto

¹² Todos esses Estudos, Cartilhas e sites não foram objeto de estudo neste momento.

de formação humana funda-se em concepções pragmáticas e utilitárias, para reprodução e manutenção da acumulação de capital e da ordem social burguesa.

Concluimos que o Sebrae se utiliza da crise instaurada pela Pandemia do COVID-19 para disseminar seu projeto de formação humana sobre os profissionais de educação, alunos e população em geral, bem como sobre as redes de ensino do país, a fim de consolidar o seu projeto social e econômico pautado na educação empreendedora, no empreendedorismo e na cultura empreendedora.

Referências Bibliográficas

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Empreendedorismo**: aproveite a época de isolamento para aprender mais. 2020. Disponível em: <http://bit.do/fJFTH>. Acesso em: 27 de maio 2020.

Martins, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora da UJFJ, 2009.

EDUCAÇÃO DOMICILIAR A PRETEXTO DO “ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: O QUE DIZEM AS IGREJAS EVANGÉLICAS?

Luiza Rabelo Colombo¹

No Brasil, a defesa da Educação Domiciliar (homeschooling) cresceu através da atuação de uma ampla frente Aparelhos Privados de Hegemonia (APH's) de cunho liberal-ultraconservador através da marca ideológica do Escola Sem Partido. Em estudos anteriores (COLOMBO, 2018)² foi possível identificar que, especialmente a partir de 2013, a ofensiva dessa frente ocorreu em escala nacional através da atuação conjunta de organizações transnacionais tais como a Atlas Network e o Students For Liberty (que deu origem

1 Professora do Colégio Pedro II, formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisadora no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

2 COLOMBO, Luiza. A Frente Liberal-Ultraconservadora no Brasil: reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. Dissertação. Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

ao Movimento Brasil Livre) e nacionais, tais como a Rede Liberdade - que envolve mais de trinta APH's do tipo "think tank", como o Instituto Liberal, o Instituto Millenium, o Instituto Ordem Livre, o Instituto Mises, dentre outros.³

Ainda que ocorram tensionamentos e disputas por consenso no próprio interior desta frente liberal-ultraconservadora, analisamos e identificamos que ela defende uma agenda para a educação que inclui três políticas essenciais, combinadas entre si: a) a privatização das redes públicas em todos os níveis de ensino através da transferência do fundo público com a implementação do sistema de *vouchers*; b) a militarização das escolas; e c) a Educação Domiciliar (ED; considerada como ampliação da Educação a Distância). Sob a insígnia "meus filhos, minhas regras", compreendendo os filhos como propriedade, defendem que a ED deveria ser legalizada para que as famílias pudessem educar seus filhos exclusivamente no âmbito privado de acordo com seus princípios "morais e religiosos".

Neste sentido, além de difundir e implementar interesses empresariais precisamente neoliberais no âmbito da sociedade civil e da sociedade política⁴, tal frente também atua

3 Disponível em <http://bit.do/jfFTs>, acessado em 05/05/2020. No site do Instituto Mises, por exemplo, existem hoje 18 artigos que abordam a defesa do homeschooling no Brasil a partir de motivações técnicas, religiosas e ideológicas. Dentre eles, destacamos o artigo *O homeschooling nos EUA (e no Brasil)*, que deixa explícito o interesse do mercado empresarial bem explícito: "As famílias podem optar por comprar um currículo já montado por empresas que têm especificamente os homeschoolers como alvo. Dentre essas empresas estão a *A Beka Home Schoole* a *Saxon Publishers*. Outras podem optar por matricular seus filhos em instituições que também oferecem educação a distância, como a *Calvert School de Maryland*, a *Christian Liberty Academy Satellite Schools de Illinois*, ou a *Clonlara School de Michigan*. Já as escolas voltadas para a educação on-line, como a *K-12 Inc.*, oferecem currículos na internet para os homeschoolers." (grifos do autor)

4 Considerando o Estado Ampliado sob o arcabouço teórico-metodológico de Antônio Gramsci.

na formação de consenso em torno de uma agenda reacionária e conservadora no sentido dos interesses de agências e agentes cristãos, tanto católicos quanto evangélicos, mas, especialmente, os evangélicos fundamentalistas de denominações neopentecostais. Todos os aspectos fundamentais que caracterizam o neopentecostalismo (MARIANO, 2014)⁵ estão presentes na caracterização ideológica dessa frente. Destacamos especialmente o investimento em atividades extra-igrejas, como as empresariais, políticas e culturais; a difusão da Teologia da Prosperidade (fusão da ideologia neoliberal a doutrina religiosa evangélica que atribui o poder da cura e da prosperidade financeira através da fé); e a exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo. É especialmente neste último ponto que assentam as defesas dos evangélicos neopentecostais pela ED, pois consideram que educação deve se dar no âmbito privado – sob princípios não universais – a partir da Bíblia, longe da ameaça do Diabo e na fortaleza do lar.

Ao analisarmos a situação da Educação Domiciliar no âmbito das disputas no Estado estrito, identificamos a atuação direta de algumas igrejas através da atuação de deputados, senadores e ministros. Atualmente, existem dois Projetos de Lei no Senado e cinco na Câmara dos Deputados.⁶ Destaca-

5 MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

6 No Senado, consta o PLS nº 28, de 2018 (alteração do Código Penal) e o PLS nº 490, de 2017 (alteração ECA e LDB), ambos do Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), líder do governo Bolsonaro no Senado. Já na Câmara dos Deputados, visando modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Código Penal, encontram-se os Projetos de Lei (todos estes apensados ao primeiro PL, de 2012): (1) PL nº 3.179, de 2012, de autoria do Lincoln Portela (PR/MG); da bancada evangélica, pastor, apresentador de televisão, radialista e presidente da Igreja Batista Solidária; (2) PL nº 3.261, de 2015, de autoria do Eduardo Bolsonaro (PSL/RJ), na época era do PSC/RJ); da bancada evangélica, um dos principais representantes do Escola Sem Partido na Câmara; (3) PL nº 10.185, de 2018, de autoria do Deputado

mos o PL nº 2401/19, assinado pelo poder executivo, presidente Jair Bolsonaro, com a Exposição de Motivos assinada pela ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pastora evangélica da Igreja Batista Lagoinha, e pelo ministro Abraham Weintraub, do Ministério da Educação. Foi apensado ao PL nº 3179/2012, que visa alterar artigos do ECA e da LDB, regulamentando a ED. Nos termos do PL, o Estado passaria a ser responsável apenas por certificar anualmente as crianças e jovens. No ar Art. 10 consta que “Caberá aos pais ou aos responsáveis legais, durante o processo de ensino e de aprendizagem, monitorar de forma permanente o desenvolvimento do estudante, conforme as diretrizes nacionais curriculares.” Em 27 de março de 2019, o avanço das políticas de implementação da ED ganhou novo fôlego com a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling. Ela foi lançada como prioridade dos primeiros cem dias do governo Bolsonaro.

O pretexto do “ensino remoto emergencial”

Desde o dia 15 de março, com a chegada e o crescimento da pandemia da COVID-19, no Brasil, as redes públicas e privadas de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Su-

Alan Rick (DEM/AC, mas foi eleito pelo PRB, renomeado Republicanos, partido reconhecido como representante da Igreja Universal do Reino de Deus); da bancada evangélica, pastor, jornalista e apresentador de televisão; (4) PL nº 3262, de 2019, de autoria de Chris Tonietto PSL/RJ (católica, defensora do fim do direito ao aborto para mulheres vítimas de estupro, advogada do Centro Dom Bosco), Bia Kicis (PSL/DF, advogada, fundadora do movimento Mães Pelo Escola Sem Partido, coordenadora do movimento RevoltadosOnline até 2017, cunhada de Miguel Nagib, fundador do Escola Sem Partido), e Caroline de Toni (PSL/SC, advogada, ex-aluna de Olavo de Carvalho, **presidente do MBL** em Chapecó, **cofundadora do Movimento Liberal Conservador**).

perior, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), suspenderam suas atividades presenciais como medida necessária para conter o aumento do contágio e propagação do vírus – permanecendo fechadas até o presente momento, contrariando a política de morte de reabertura das escolas defendida pelo presidente e pelo ministro da educação⁷. Em 04 de abril, o governo federal emitiu a Medida Provisória nº 934 de maneira arbitrária, flexibilizando os 200 dias letivos do calendário escolar, mas exigindo o cumprimento das 800 horas de aulas. Desta maneira, na rede privada e na rede pública, na grande maioria dos municípios e estados, vem ocorrendo a implementação da Educação a Distância (EaD) na Educação Básica considerando as “atividades remotas” para a contabilização de horas de aula e dias letivos – antes mesmo de qualquer regulamentação por parte do Ministério da Educação e desconsiderando que, no Brasil, a legislação prevê o ensino presencial obrigatório dos 04 aos 17 anos.

É importante destacar que tal medida não surgiu a partir de demandas dos trabalhadores da educação, estudantes e familiares, mas da orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que recomendaram “a revisão dos marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos.” (COLEMARX, 2020, p. 9)⁸. Tais organismos também

7 Ver mais em LEHER, Roberto (2020). *Reabertura das escolas defendida pelo presidente e seu ministro é política de morte*. Em: <http://bit.do/ffFTg>, visualizado em 11/05/2020.

8 Revista “*Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas*”, 2020. Disponível em

indicam e promovem uma série de produtos e serviços fornecidos por grupos e fundações empresariais.⁹

Ainda, pesquisadores do Laboratório de Pesquisa COLEMARX analisaram que o BM e a OCDE, através de seus relatórios, também orientaram mudanças para a formação de professores, flexibilização da regulamentação dos fundos públicos para a garantia de recursos para as famílias se formarem como tutores e flexibilização do trabalho docente nos contratos, na organização e atribuição do trabalho

(...) conjugando a prestação de serviços educacionais, apoio social, colaboração com outros professores e suporte às famílias. Recomenda que, nos casos em que se utilizem programas de televisão como meio educacional, o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais como atores, músicos ou médicos, ficando o professor responsável por tirar dúvidas e fazer contato com as famílias por meio de mensagens de e-mail ou por telefonia (SMS). (COLEMARX, 2020, p.10, grifos nossos)

<http://bit.do/fjFS9>, acessado em 01/06/2020.

9 “Tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO, disponibilizam lista de dezenas de produtos e serviços fornecidos por fundações e grupos empresariais, concedendo destaques a alguns. Recebem destaque os serviços da Khan Academy, cujos financiadores são a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, Bank of America, Google, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis. No Brasil, identificamos que as redes estaduais de educação do Ceará e Mato do Grosso do Sul utilizam os seus serviços 5. Além da Khan Academy, a Fundação Lemann também se faz presente em 20 estados brasileiros por meio de parcerias com as secretarias estaduais para o fornecimento da Plataforma Rede Escola Digital.” (COLEMARX, 2020, p.9)

Em 28 de abril, o Conselho Nacional de Educação lançou um parecer que trata das diretrizes para a Educação no Brasil no período da pandemia que, dentre diversas medidas,

(...) autorizou os sistemas de ensino a computar atividades não presenciais para cumprimento de carga horária de acordo com deliberação própria de cada sistema. O CNE listou uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia. Meios digitais, videoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis são algumas das alternativas sugeridas. (Portal MEC, 2020).¹⁰

Identificamos que na Educação Básica (especialmente na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação Especial) a implementação do chamado “ensino remoto emergencial” tem por princípio e dependência para seu suposto “funcionamento” a participação das famílias. No parecer do CNE – “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19” – está indicado que nesses níveis de ensino *deve-se*

“elaborar guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares. Neste período de afastamento presencial, recomenda-se que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos, com o acompanhamento do cumprimento

10 Disponível em <http://bit.do/ffFS4> . Acesso em 10/05/2020.

das atividades pedagógicas não presenciais por *mediadores familiares*.” (PARECER CNE, 2020, p. 09, grifos nossos)

A fim de garantir “o atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” (p.10), indicam que deve-se realizar também uma aproximação virtual dos professores com as famílias; fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis; orientar as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças; garantir a supervisão de um adulto para realização de atividades; dentre outras medidas. Ou seja, os familiares e/ou demais responsáveis são compreendidos ora como os próprios educadores, ora como mediadores. Sempre necessários nesses níveis de ensino.

Ainda que não se constitua exatamente como Educação Domiciliar (cuja educação é de responsabilidade exclusiva das famílias), o que se constata é que, apesar da ED não ser regulamentada e considerada ilegal no Brasil¹¹, a participação das famílias vem ganhando um novo papel nas atividades de ensino a distância. Em alguns casos, como na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, chegam a assumir o papel principal do processo educativo. Nota-se que a ED está sendo parcialmente implementada sob um novo verniz a pretexto do “ensino remoto emergencial”¹².

11 Em 2018, a maioria dos ministros do STF julgou que a Educação Domiciliar é inconstitucional, mas que não pode ser realizada devido à ausência de lei e regulamentação. Consideraram que contraria a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Código Penal (crime de abandono intelectual).

12 Tal ampliação também pode ser observada, por exemplo, nas vendas de produtos e serviços em sites de associações e empresas voltadas exclusivamente para a ED. No site da National Homeschool Association (estadunidense), há centenas

O que as igrejas evangélicas – destacadamente as neopentecostais – tem difundido neste período da pandemia sobre o “ensino remoto” e o papel das famílias?

Analisamos dezenas de reportagens e artigos disponíveis nas páginas oficiais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e da Igreja Renascer em Cristo a partir das palavras-chave “pandemia”, “coronavírus” e “educação”, datadas desde meados de março (início da pandemia no Brasil). Nas três igrejas, identificamos a ênfase sobre a orientação do que seria o “novo” papel da família no trabalho com os aspectos emocionais da educação de seus filhos durante o período de isolamento decorrente da pandemia, sob “especial” responsabilidade das mães. Também identificamos coesão entre as igrejas a respeito das recomendações e orientações a respeito do papel das escolas para este período.

Sobre o papel das escolas, destacamos a reportagem “Brincar com as crianças é essencial no isolamento, dizem especialistas”¹³, do jornal Folha Universal, da IURD. Nela, destaca-se que “o papel das escolas neste momento de pandemia é servir de guia para que os pais criem o ambiente adequado para as crianças.” Como especialista, entrevistam Raquel Franzim, coordenadora da área de educação do Instituto Alana e co-coordenadora do programa Escolas Transformadoras (programa da organização Ashoka no Brasil, em parceria com o

de produtos à venda com um texto de introdutório, de propaganda, sobre a pandemia da COVID-19 e a necessidade de realizar os estudos no ambiente doméstico.

13 Disponível em <http://bit.do/ffFSW>, acessada em 10/05/2020.

Instituto Alana, que visa difundir trabalhos voltados para as competências socioemocionais nas escolas do Brasil). Destacamos que o Instituto Alana foi criado e é presidido por Ana Lúcia Villela, uma das maiores acionistas do Itaúsa, segundo maior grupo privado do país, marcando uma aproximação entre os interesses de agências da frente liberal-ultraconservadora com agências e agentes da frente social-liberal.

Outra reportagem da Folha Universal que nos chamou a atenção foi “Como seu filho está lidando com a pandemia?”¹⁴, que entrevista a coordenadora do Projeto Escola de Mães, da Igreja Universal, Edineia Dutra. Ela diz que “Em tempos difíceis é necessário fortalecer o espírito para suportar momentos de angústia como este. Você pode fazer isso de maneira lúdica com as crianças. Conte a elas histórias ou ações bíblicas e elas precisam dizer quem é o personagem daquela ação”. Ainda, ela “lembra que o excesso de notícias pode ser prejudicial, pois pode aumentar a angústia” e orienta a “ler e ouvir mensagens edificantes que elevarão sua Fé e confiança de que ‘todas as coisas contribuem para o bem daqueles que amam a Deus’ (Romanos 8.28)”. Ou seja, além de atribuir especialmente às mães a responsabilidade sobre a saúde emocional dos filhos, ela orienta que devem se informar menos, reforçando a desinformação e o negacionismo sobre a pandemia.¹⁵ Por último, também destacamos uma matéria à favor da manutenção da data do Exame Nacional do Ensino Médio, reiterando o argumento do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que deve-se “retomar os estudos e a economia”.¹⁶

14 Disponível em: <http://bit.do/jfFST>. Acessado em 08/06/2020.

15 No site do Projeto Escola de Mães está disponível uma “Cartilha para a quarentena” com receitas, jogos com personagens bíblicos e links para desenhos animados evangélicos para crianças e adolescentes.

16 Disponível em: <http://bit.do/jfFSR>. Acessado em 08/06/2020.

Na página oficial da IIGD, encontramos diversas matérias sobre curas, depressão e ansiedade. Em “Crianças precisam de atenção durante a pandemia”¹⁷, destacam os materiais para ensino remoto disponíveis na página “Turminha da Graça”, o canal no YouTube “Graça Kids”, a página “Crianças que Vencem” e outros sites com atividades online. Segundo a reportagem, “Acostumados a acompanhar canais no YouTube e brincar com jogos online, os pequenos se divertem com os recursos e ferramentas disponibilizados pelas Escolas Bíblicas na Internet”.

Na página da Igreja Renascer em Cristo, identificamos o foco das reportagens na saúde emocional da família e dos filhos. São oferecidas atividades e orientações de rotinas familiares. Na matéria “O que fazer com os filhos em casa na quarentena?”¹⁸, a bispa Fernanda Hernandez – que se apresenta como fundadora do Projeto Mulheres Mais Que Vencedoras, diretora da Rede Gospel de Televisão e bispa da Igreja Renascer em Cristo – orienta que as mães façam uma rotina de estudos que inclua a meditar “na Palavra de Deus”. Também recomendam aulas online do programa “Renasces Kids”, disponíveis no YouTube.

Por fim, a análise permite concluir que, ainda que ocorram tensionamentos entre os próprios evangélicos a respeito das políticas do governo federal – como o expresso na carta assinada por 34 organizações e movimentos evangélicos, divulgada no final de maio, dizendo que Bolsonaro “não está à altura do cargo”, reivindicando o conhecimento científico nas políticas de enfrentamento à pandemia – a hegemonia das igrejas evangélicas segue lado a lado com o as políticas negacionistas em meio à crise política, social, econômica e

17 Disponível em: <http://bit.do/fjFSN>, acesso em 08/06/2020.

18 Disponível em: <http://bit.do/fjFSL>, acessado em 08/06/2020.

sanitária da pandemia.¹⁹ Através da análise da Folha Universal, maior jornal da maior igreja neopentecostal do país, encontramos dezenas de matérias sobre a pandemia que focam em pesquisas de vacinas e pessoas curadas (minimizando a letalidade da Covid-19 e os efeitos devastadores da pandemia), na defesa o uso de medicamentos à base de cloroquina e hidroxicloroquina (aliada ao que defende Bolsonaro, na contramão das pesquisas científicas destacadas pelas autoridades médicas e sanitárias), levantam suspeita sobre supernotificação de mortes (ao contrário da subnotificação de mortes que tem sido apontada diariamente no país), e destaca o que seriam os supostos “efeitos negativos do lockdown”, defendendo a flexibilização da quarentena.

Desta forma, concluímos que amplia-se o laboratório de experimentação da Educação Domiciliar no Brasil a pretexto do “ensino remoto emergencial”, a partir da difusão e atribuição do que seriam os novos papéis e funções das escolas, dos profissionais da educação e das famílias e demais responsáveis dos estudantes.²⁰ A avassaladora ampliação da EAD – ancorado em políticas privatistas que atendem aos interesses da economia de mercado, no massacre dos trabalhadores da educação e na exclusão dos estudantes da

19 A título de exemplo, no dia 05 de junho, 11 líderes evangélicos encontraram-se com Bolsonaro e oraram por ele, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal, buscando colocar um véu sobre os tensionamentos políticos que envolvem os três poderes. Disponível em: <http://bit.do/fjFSF>, acesso em 08/06/2020. Estavam presentes o bispo Eduardo Bravo, representando o bispo Edir Macedo (IURD); o missionário RR Soares, da IIGD; o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; o apóstolo Estevam Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo; o apóstolo Rina, líder da Igreja Bola de Neve; dentre outros.

20 Destacamos que tais funções, difundidas pela frente liberal-ultraconservadora (especialmente pelas igrejas neopentecostais aqui analisadas) estão muito próximas do que vem sendo defendido, no contexto de crise da pandemia, pela frente liberal-social a partir do movimento Todos Pela Educação, como apontado em outros artigos contidos na presente coletânea.

escola e de sua privação do direito à educação – vem sendo chancelada, portanto, por este conjunto de igrejas evangélicas, especialmente as de denominações neopentecostais aqui apontadas, e aparelhos privados de hegemonia a seu serviço ou aliados. Ainda, no trágico contexto de crise mundial e nacional, a promoção e ampliação do discurso negacionista por parte dessas igrejas, em conformidade e sintonia com a escalada de um regime proto-fascista no Brasil, nos denota que não há caminho de libertação possível “entre a cruz e a espada”, mas somente pelas mãos dos trabalhadores.

SOBRE O LIEPE

O Laboratório de Investigações em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ) é um espaço de pesquisa e estudos, sediado na UFRRJ, que tem por objetivos a:

Produção do conhecimento na relação entre Estado, Poder e Educação; Articulação com outros grupos institucionais nacionais e internacionais na promoção do debate acadêmico; Promoção de parcerias com instituições de ensino na realização de projetos, pesquisas e cursos; Publicação de artigos, livros e outros materiais que favoreçam a produção e socialização do conhecimento produzido.

O LIEPE reúne docentes de nível superior, alunos de graduação e de pós-graduação (internos e externos à UFRRJ), que investigam as formas e conteúdos mais contemporâneos da organização empresarial na educação mundial e, em especial, latino americana, incluindo a brasileira.

O conceito “Estado Ampliado” é compreendido, além de seu referencial teórico, como uma ferramenta metodológica por meio do qual um amplo conjunto de pesquisas vem mapeando a difusão de Aparelhos Privados de Hegemonia, responsáveis pela elaboração, sistematização e difusão da concepção de mundo da classe dominante.

A missão do LIEPE é constituir-se em espaço acadêmico que organize e proporcione a um grupo de pesquisadores as possibilidades de realização e socialização de pesquisas sobre a atuação da classe dominante em sua histórica tarefa de conservar o poder.

O LIEPE articula as ações no âmbito da pesquisa científica às atividades acadêmicas dirigidas ao ensino e à extensão, além da formação de novos pesquisadores por meio da Iniciação Científica e da pós-graduação.

“Todas essas considerações são indispensáveis para apresentar o livro “Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada”. Organizado por Rodrigo Lamosa, um dos mais destacados professores-militantes e intelectuais da nova geração que vem se dedicando a escrever (e intervir!) a história a contrapelo, usando a imagem de Walter Benjamin, a obra contém estudos e investigações que, compreendendo o perigo da crise em curso no país, contribuem para tornar pensável o modo como os setores dominantes e suas classes de apoio agem para levar adiante o que Florestan Fernandes denominou como contrarrevolução preventiva. Todos os doze capítulos foram elaborados no âmbito do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) da UFRRJ, hoje um dos espaços mais criativos e ousados intelectualmente de investigação sobre o modo como os setores dominantes atuam no campo educacional”.

- ROBERTO LEHER

